

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

BRUNA DE JESUS SILVA CARVALHO

**AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS DE CHEFIA FEMININA REFERENCIADAS NO  
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LARANJEIRAS,  
SERRA/ES.**

VITÓRIA  
2014

BRUNA DE JESUS SILVA CARVALHO

**AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS DE CHEFIA FEMININA REFERENCIADAS NO  
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LARANJEIRAS,  
SERRA/ES.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Ms. Jaqueline da Silva

VITÓRIA  
2014

BRUNA DE JESUS SILVA CARVALHO

**AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS DE CHEFIA FEMININA REFERENCIADAS NO  
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LARANJEIRAS,  
SERRA/ES.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em 12 de Dezembro de 2014, por:

---

Prof<sup>a</sup>. Ms. Jaqueline da Silva, FCSES - Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Ms. Camila Costa Valadão, FCSES

---

Prof<sup>a</sup>. Ms. Elisângela Maria Marchesi, FCSES

Para minha família e amigos que me incentivaram a prosseguir.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, me dando saúde e força para superar as dificuldades ao longo da minha vida.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional em todas as escolhas da minha vida.

Agradeço a todo corpo docente por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

Agradeço em especial à minha professora orientadora Jaqueline, onde sua paciência, apoio e confiança em mim foram fundamentais para conclusão desse trabalho sem suas orientações não seria possível concluir, à senhora o meu eterno obrigado.

A toda equipe técnica do CRAS de Laranjeiras que de alguma forma contribuíram para minha formação profissional, em especial as minhas orientadoras Flávia e Glaucia que compartilharam seus conhecimentos.

Por fim, a todos familiares e amigos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado!

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema a família enfatizando a família monoparental de chefia feminina, apresentando o perfil das famílias monoparentais de chefia feminina referenciadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Laranjeiras, Serra/ES. Dessa forma, a discussão do tema referido poderá contribuir na produção de conhecimento científico, acréscimo de conhecimento para profissionais que atuam frente a essa temática. O objetivo geral é traçar o perfil socioeconômico das famílias monoparentais chefiadas por mulheres referenciadas no Centro de Referência de Assistência Social de Laranjeiras, Serra/ES. E como objetivos específicos: identificar dados de natureza socioeconômica das famílias monoparentais de chefia feminina referenciadas no CRAS tais como: idade, estado civil, escolaridade, composição familiar, trabalho formal ou informal, renda, tipo de residência e procedência; identificar quais os programas sociais/ ou direitos sociais que essas famílias são beneficiárias. A pesquisa é documental, pois foi necessária uma análise descritiva dos dados estatísticos disponibilizados pela Instituição referente aos prontuários produzidos entre os meses de outubro e novembro de 2013, no setor de Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF).

**Palavras-chave:** Família. Chefia Feminina. Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF).

## **ABSTRACT**

This Labor Course Completion (TCC) has as its theme the family emphasizing the female head of single-parent family, with the profile of lone parents of female head referenced in the Reference Center for Social Assistance (CRAS) of Orange, Serra / ES. Thus discussion of the issue that may contribute to the production of scientific knowledge increase of knowledge for professionals working in front of this issue. The overall objective is to evaluate the socioeconomic profile of the parent families headed by women referenced in the Reference Center for Social Assistance Orange, Serra / ES. And specific objectives : to identify the nature of socioeconomic data for single parents female head referenced in CRAS such as age, marital status, education, family composition, formal or informal work, income, type of residence and origin; identify which social programs / or social rights that these families are beneficiaries. The research is documentary, as a descriptive analysis of the statistical data provided by the institution regarding the records produced between the months of October and November 2013, the Full Service Family Protection (PAIF) sector was needed.

**Keywords:** Family. Women's Leadership. Full Service Family Protection (PAIF).

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Pessoas responsáveis pelos domicílios, por sexo, segundo as Grandes Regiões .....	34
Tabela 02 – População residente por grupo de idade sexo – Serra (ES) 2010.....	56
Tabela 03 – População residente por sexo, segundo a condição do domicílio e compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio – Serra (ES) 2010 .....	57
Tabela 04 – Atendimentos nos Centros de Referência da Assistência Social – Serra (2013).....	60
Tabela 05 – Número de pessoas e famílias cadastradas no Cadastro Único por faixa de renda – Serra (ES), jan/2014.....	60
Tabela 06 – Benefícios do programa Bolsa Família concedidos por tipo – Serra (ES), fev/2014 .....	61
Tabela 07 – Valor da Cesta Básica - Vitória .....	68



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Idade da provedora.....	62
Gráfico 02 – Registro civil da provedora .....	63
Gráfico 03 – Estado civil da provedora.....	64
Gráfico 04 – Escolaridade da provedora .....	65
Gráfico 05 – Atividade laboral da provedora .....	66
Gráfico 06 – Composição familiar .....	67
Gráfico 07 – Idade dos filhos.....	67
Gráfico 08 – Renda mensal.....	68
Gráfico 09 – Bairro de residência .....	69
Gráfico 10 – Situação do domicílio.....	70
Gráfico 11 – Tipo de construção .....	71
Gráfico 12 – Número de cômodos .....	72
Gráfico 13 – Tipo de iluminação .....	72
Gráfico 14 – Tipo de abastecimento de água.....	73
Gráfico 15 – Programas sociais e ou Direitos sociais .....	73

## LISTA DE SIGLAS

CadÚnico – Cadastro Único

CEP – Comitê de Ética e Pesquisa

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência de Assistência Social

CST – Companhia Siderúrgica Tubarão

EUA – Estados Unidos da América

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PIB – Produto Interno Bruto

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

SNAS – Secretária Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>25</b>
2.1 O RESGATE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO FAMÍLIA.....	25
2.2 RELAÇÕES DE GÊNERO.....	35
2.3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	35
<b>2.3.1 Centro de Referência de Assistência Social.....</b>	<b>47</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>51</b>
<b>4 RESULTADOS.....</b>	<b>55</b>
4.1 CAMPO DE PESQUISA: CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DA SERRA.....	55
4.1.1 PERFIL DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS DE CHEFIA FEMININA ATENDIDAS NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – LARANJEIRAS.....	62
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>79</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como parte da formação em Serviço Social tem como tema a família, especificamente a denominada família monoparental de chefia feminina.

O interesse pela pesquisa surgiu a partir da experiência vivenciada no estágio curricular em um CRAS do município da Serra, onde os atendimentos cotidianos às famílias ainda não referenciadas no CRAS possibilitou constatar um número significativo de mulheres solteiras e ou divorciadas que são as responsáveis econômicas e sociais pelas suas famílias, as colocando na qualidade de “chefes de família”, local até recentemente atribuído exclusivamente ao homem. Sendo assim, essa constatação foi relevante para a escolha e proposta do estudo, que tem intuito de identificar o perfil dessas famílias monoparentais de chefia feminina referenciadas no CRAS, e desta forma compreender de maneira mais detalhada a complexidade de tal tema.

Este estudo tem enfoque nas famílias monoparentais de chefia feminina, no que tange ao perfil socioeconômico dessas famílias que são atendidas no setor do PAIF no CRAS de Laranjeiras, Serra/E.S. Para efeito deste estudo serão apenas analisados dados disponibilizados pela instituição referente aos prontuários entre os meses de outubro e novembro de 2013, que apresentam a figura feminina como responsável familiar, não havendo nos dados pesquisados qualquer identificação com relação à identidade desses sujeitos.

A partir do atendimento no cotidiano do serviço é possível afirmar que boa parte dessas famílias monoparentais de chefia feminina apresentam várias demandas sócio econômicas, dentre as quais falta de recursos materiais para prover o sustento da família, relato de violência de gênero ou urbana, muitas vezes ligadas ao tráfico de drogas.

Pela própria inclusão e procura pela rede de serviços do município, é possível inferir que as mulheres mantenedoras do sustento familiar, ainda que diante de tantas dificuldades muitas vezes conseguem superar os obstáculos postos pela sociedade, e condições em que vivem, principalmente os mitos de que mulheres solteiras, divorciadas com filhos e que vivem sozinhas, não possuem as mesmas qualidades morais daquelas convivendo em uma união considerada formal e modelo adequado

de família (nuclear), sendo discriminadas e mesmo em alguns casos são repudiadas socialmente.

Em contrapartida, a ideologia machista persiste e resiste em dias atuais, dessa forma a vida cotidiana torna-se um enorme desafio e um processo de luta para que a mulher possa ser reconhecida como um sujeito consciente, livre e responsável sobre sua vida e seu corpo, e não como um apêndice do homem, submetido às suas determinações e imposições na vida doméstica e social.

De acordo com Szymanski (2003, p. 24), até o século XIX o modelo familiar que se tinha como referência era o patriarcal, ou seja, uma família composta por pai, mãe e filhos, onde a figura do pai era vista como o chefe, provedor de sua família. “Fora desse contexto, as famílias são consideradas “incompletas e “desestruturadas”.

Já no final do século XIX, emergem essas famílias que eram consideradas “incompletas” e “desestruturadas” a sociedade reconhece que surgem novos arranjos familiares onde não se tem mais a concepção da figura paterna como único provedor da família, neste contexto a mulher é reconhecida também como provedora de sua família (SZYMANSKI, 2003).

Para Szymanski (2003, p. 27), “o mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo”. No entanto, os novos arranjos familiares compõe o modelo de família da contemporaneidade.

Com o surgimento dos novos arranjos familiares, em 1981 na França definiu-se a terminologia “família monoparental”, que se remete a famílias chefiadas por apenas uma pessoa, sendo necessário ter crianças na composição familiar. “A família monoparental se expressa basicamente por dois aspectos, que conjugam a sobrecarga sobre um dos integrantes do casal e a dessimetria entre as funções maternas e paternas da família nuclear” (ZACARON, 2013, p. 172).

De acordo com Bilac (2003, p. 36), “as mudanças na organização da família estão se dando, fundamentalmente, a partir das mudanças na condição feminina, que terminam por afetar, também, os papéis masculinos”. Ou seja, as mudanças ocorridas ao longo da história no que diz respeito à mulher, como: a inserção no mercado de trabalho, controle sobre a reprodução, independência financeira, maior graduação, etc. Fez com que o número de famílias de chefia feminina aumentasse

significativamente, pelo fato da mulher não se vê mais como “submissa” ao seu esposo, podendo ter a liberdade de escolha de manter uma família nuclear ou não.

Sendo assim, foi possível perceber a necessidade de se aprofundar neste tema para identificar o perfil dessas famílias monoparentais, frente a todos os obstáculos que são postos enquanto a figura feminina.

Dessa forma, o estudo possui como interesse e objetivo geral traçar o perfil socioeconômico das famílias monoparentais chefiadas por mulheres referenciadas no Centro de Referência de Assistência Social de Laranjeiras, Serra/ES, podendo-se conhecer sua realidade, e assim, apresentar dados concretos e fidedignos para o debate acerca das famílias monoparentais de chefia feminina, enquanto aspecto pertinente à assistência social. Além disso, a apreensão do perfil desses sujeitos poderá contribuir para o acréscimo de conhecimentos para os profissionais da área frente a essa temática, e também contribuir para fortalecimento das políticas públicas voltadas para as mulheres, em relação à sua dimensão de intersectorialidade, visto ser tema transversal à todas as políticas sociais.

Como objetivos específicos definiu-se pela identificação das famílias monoparentais de chefia feminina referenciadas no aspecto idade, estado civil, escolaridade, composição familiar, trabalho formal ou informal, renda, tipo de residência e procedência. Além disso se quis Identificar quais os programas sociais/ ou direitos sociais que essas famílias são beneficiárias.

A pesquisa utilizará uma abordagem quantitativa com intuito de atender os objetivos, que visa o interesse pela obtenção de características de expressão numérica do objeto em estudo.

A pesquisa é documental, onde serão analisados de forma descritiva dados estatísticos disponibilizados pela Instituição referentes a prontuários existentes na instituição neste caso no CRAS de Laranjeiras, Serra, relacionados aos atendimentos realizados aos munícipes deste território, tomando como dimensão temporal do estudo o período de outubro e novembro de 2013.

Para melhor apresentar os dados, optou-se por dividir a estrutura do trabalho em: introdução, referencial teórico subdividido em dois itens, metodologia, resultado da pesquisa e por último as considerações finais.

No primeiro item do referencial teórico abordamos uma revisão bibliográfica acerca do tema família, apresentando um resgate histórico da instituição família enfatizando a família monoparental de chefia feminina para atender os objetivos do estudo.

Já no segundo item abordamos as relações de gênero visto a importância de compreensão dos papéis feminino e masculino em relação à família destacando o papel da mulher esperado pela sociedade e as lutas feministas para superação do estereótipo ligado a figura feminina.

Na metodologia buscamos descrever os caminhos percorridos no estudo tendo um enfoque quantitativo, bem como a caracterização dos dados analisados para atender os objetivos da pesquisa.

Já em relação aos resultados abordamos uma breve contextualização da política de assistência no Brasil, logo após apresentamos o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pelo fato da pesquisa ter sido realizada em um CRAS do município da Serra neste item também realizamos uma contextualização do município e apresentamos os resultados obtidos com a análise dos dados em forma de gráficos.

Nas considerações finais abordamos de uma forma geral os resultados da pesquisa e possíveis contribuições da análise do resultado para a Instituição, bem como sua importância.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O RESGATE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO FAMÍLIA

Para a compreensão do objeto de estudo, inicialmente abordaremos o surgimento da terminologia família e por seguinte as mudanças ocorridas no seio familiar ao longo da história, e como essas mudanças incidem nas novas configurações familiares, enfatizando a família monoparental de chefia feminina.

Conforme Engels (1984, p. 95 - 96), “o termo família se origina de *famulus* (escravo doméstico) a expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social que emerge nas tribos latinas, ao introduzirem-se a agricultura e a escravidão legal”. Essa nova organização caracterizava-se pela figura de um homem que era o chefe e mantinha sob seu poder a mulher, seus filhos e alguns de seus servos.

De acordo com Bilac (2003, p. 31), a partir do surgimento do termo a “[...] família tem designado instituições e agrupamentos sociais bastante diferentes entre si, do ponto de vista de sua estrutura e funções”. Sendo assim, as variações na composição familiar faz com que não se tenha um conceito geral de família.

De acordo com Osorio (1996), há diversas teorias sobre a origem da família, “umas a fundamentam em suas funções biológicas, outras em suas funções psicossociais” (OSORIO, 1996, p.25).

Conforme Morgan (apud ENGELS, 1984) a origem da estrutura familiar advém desde a era primitiva da promiscuidade, onde ao longo do processo histórico o autor identificou quatro tipos de estruturas familiares, sendo eles:

*A família consanguínea:* e a primeira etapa da família, onde as relações familiares são estruturadas a partir do matrimônio dentro de um mesmo grupo, ou seja, a família se constituía a partir do casamento entre parentes de laços consanguíneos. “Exemplo típico de tal família seriam os descendentes de um casal, em cada um de cujas gerações sucessivas todos fossem entre si irmãos e irmãs e, por isso mesmo, maridos e mulheres uns dos outros” (MORGAN citado por ENGELS, 1984, p. 73).

*A família punaluana:* surge a partir da proibição do casamento entre pais e filhos e sucessivamente entre irmãos através do *tabu do incesto*. Assim, agora não



poderiam existir casamentos dentro do mesmo grupo familiar, os matrimônios eram realizados com grupos distintos, e esses dois grupos casavam entre si. Essa estrutura familiar também ficou conhecida como *família por grupo* (MORGAN apud ENGELS, 1984).

A família *sindiásmica*: o casamento ocorre entre casais respeitando o *tabu do incesto*, mas não necessariamente ocorre entre grupos, agora o matrimônio era realizado sem a interrelação grupal (MORGAN apud ENGELS, 1984).

A *família monogâmica*: origina-se do desenvolvimento da ideia de propriedade, onde a fidelidade conjugal era requisito para reconhecimento dos filhos como hereditários, além da parentalidade, são elementos que constituem essa estrutura familiar, que ainda hoje é o tipo de família de referência no mundo ocidental (MORGAN apud ENGELS, 1984).

No século XVIII emerge o modelo da família nuclear, momento que “o surgimento da escola, da privacidade e da igualdade entre os filhos, fez com que o sentimento de família fosse valorizado pelas instituições”, sob forte influência da igreja (SZYMANSKI, 2003, p.24).

Segundo Szymanski (2003), o modelo de família nuclear burguesa composta por pai, mãe e filhos, sendo que as famílias que não se caracterizavam neste modelo são consideradas “desestruturadas”, foi considerada uma “[...] norma e não como um modelo construído historicamente, aceita-se implicitamente seus valores, regras, crenças e padrões emocionais” (SZYMANSKI, 2003, p. 24).

Nesse momento histórico, foi delegada a família nuclear burguesa “[...] a responsabilidade pela produção social e, junto, jogaram-se também para dentro dela os problemas e os conflitos gerados na esfera de produção” (MIOTO, 2013, p. 06). Essa realidade se deu por conta da insuficiência de recursos para a manutenção do “bem-estar” da sociedade, e os problemas advindos desta insuficiência foram rebatidos nas famílias, como o desemprego que foi visto como “problema de família” (MIOTO, 2013).

Para Romanelli (2003), a família nuclear em linhas gerais tem como atributos básicos:

Uma estrutura hierarquizada, no interior da qual o marido/pai exerce autoridade e poder sobre a esposa e os filhos; a divisão sexual do trabalho bastante rígida, que separa tarefas e atribuições masculinas e femininas; o

tipo de vínculo afetivo existente entre os conjugues e entre esses e a prole, sendo que neste último caso há maior proximidade entre mãe e filhos; o controle da sexualidade feminina e a dupla moral sexual (ROMANELLI, 2003, p. 75).

Esta estrutura hierarquizada culminou o fortalecimento da família patriarcal que segue os moldes da família nuclear, onde o homem detém o poder sobre sua família e até mesmo o poder de vida ou morte sob sua esposa e filhos. Sendo, pois o homem único provedor legal de sua família, à mulher cabia o dever de cuidar dos afazeres domésticos e da sua prole, sempre sob a subjugação do marido. A ênfase dada a esta família patriarcal ajudou a solidificar o mito da mulher submissa ao homem e do marido dominador, presentes ainda hoje na sociedade (SAMARA, 1986).

Nessas circunstâncias, a autoridade masculina assentava-se no saber paterno e tinha um caráter institucional. “O respeito e a obediência que eram devidos ao marido e pai eram prestados menos a uma pessoa específica, e mais a um indivíduo que ocupava uma posição determinada na hierarquia do grupo doméstico” (ROMANELLI, 2003, p. 82).

A autoridade masculina fundava-se na legitimidade, sendo assim não podia ser subestimada a sua competência enquanto provedor financeiro de sua família; no conhecimento adquirido ao longo dos anos que era repassado para sua família, possibilitando a articulação com o passado, presente e projeção do futuro e na hierarquia que influenciava nos papéis do grupo doméstico. “A esses aspectos que se reportam à expressão social da autoridade, junta-se a dimensão cultural das representações construídas acerca dos atributos do masculino e da autoridade, e a esfera política da ideologia” (ROMANELLI, 2003 p. 82).

Deste modo, a legitimidade da autoridade masculina era considerada natural “essa concepção da naturalidade da autoridade masculina era amparada e sustentada por representações de diferentes religiões, bem como pelo aparato jurídico” (ROMANELLI, 2003, p. 82).

Desta feita, a concepção de autoridade superior masculina estava presente nas legislações vigentes, onde no Código Civil de 1916, em vigor até 2002, estabelecia a chefia masculina do lar, bem como autorizava ao homem requerer a anulação do casamento pela descoberta da não virgindade da esposa (BRASIL, 2001).

Ainda o século XVIII, um marco histórico influenciou no seio familiar. A Revolução Industrial iniciou-se na Europa um grande processo de transformações socioeconômicas. Esse conjunto de modificações influenciou profundamente a vida de milhões de pessoas em quase todas as regiões do mundo (COTRIM, 1997).

Com o processo de industrialização, “as relações de trabalho também se modificaram. Milhares de camponeses abandonaram suas antigas ocupações, mudando-se para as cidades em busca de emprego nas fábricas” (COTRIM, 1997, p. 31).

Com isso, as relações familiares também foram afetadas, pois, com crescente número de fábricas necessitava de mão de obra, sendo assim, mulheres e crianças foram para os chãos das fábricas para atender a demanda do empresariado industrial. As condições de trabalho eram péssimas, além dos baixos salários, e exploração, sendo que a jornada de trabalho nas indústrias chegava a ser mais de 15 horas (COTRIM, 1997).

Já no final do século XIX e o início do século XX, algumas transformações ocorridas na sociedade contribuíram para a reformulação da instituição familiar. Devido ao crescimento populacional naquela época, algumas nações promoveram ações que visavam a diminuição da taxa de fecundidade (SILVA, 2009).

Conforme Therborn (apud SILVA, 2009, p.16) essas transformações na instituição familiar estão ligadas ao,

Desenvolvimento econômico e social da industrialização puxou a mortalidade para baixo, causando acelerado crescimento populacional. Contudo, a ‘sociedade urbano industrial’ conduziu a novo ideal de família de família pequena e então, de modo mais gradual, trouxe também a fecundidade para baixo.

Ainda conforme o mesmo autor, neste momento histórico foi disseminado o modelo familiar francês por toda a Europa como o ideal, pelo fato de ser considerado um modelo familiar moderno. Este modelo se evidencia com “[...] o avanço da modernização e com o movimento feminista que atribui novos papéis aos atores envolvidos neste seguimento” (SILVA, 2009, p. 16).

De acordo com Silva, esse modelo familiar é o contemporâneo,

[...] constituído por múltiplas configurações e formas de organização. [...] nesta conjuntura a dicotomia entre amor e sexo é superada, possibilitando o casamento por afinidade. E os papéis, antes tão demarcados, começam a possuir novas características (SILVA, 2009, p. 16).

A partir da Segunda Guerra Mundial (1938-1945), os modelos de Bem- Estar Social passam por modificações simultâneas. Com “a divisão sexual do trabalho e as ideologias de gênero [...]” se cria uma luta por ideais igualitários para as mulheres, a partir dos movimentos feministas que emergem nesse dado momento histórico (GAMA, 2013, p.95).

É válido ressaltar que neste momento de guerra e pós-guerra há um interesse no trabalho feminino, devido à falta de homens que foram recrutados, ou voltaram feridos e ou porque morreram na guerra. Outra questão relevante é a crise econômica vivenciada naquele momento, que demandava o trabalho feminino no pós-guerra, para ascensão novamente do capitalismo é preciso consumo (COTRIM, 1997)

Na década de 70, do século XX, o movimento feminista desenvolve críticas contundentes ao modelo de Bem-Estar. Sendo assim em 1975:

[...] reconhecem claramente a relevância do Estado para solução do problema da dependência feminina em relação aos homens, por meio da promoção da igualdade de oportunidades no trabalho e na educação, igualdade salarial, creches, aborto e contracepção, medidas relacionadas à autonomia feminina de diferentes formas. Ao mesmo tempo, contudo, as relações entre Estado e a família foram postas em evidência, principalmente a forma pela qual o Estado sistematicamente estruturou a provisão de bem-estar social por meio do trabalho “invisível” da mulher (GAMA, 2013, p. 95).

A partir dos movimentos feministas a organização familiar sofre alterações, pois a mulher tem “a possibilidade de controle da reprodução que permitiu à mulher a reformulação do seu lugar na esfera privada e sua participação na esfera pública” (SARTI, 2003, p. 43). Além disso, durante os anos de 1960 e 1970 teve um aumento considerável da inserção de mulheres no mercado, onde se deixou a perspectiva que a mulher era submissa ao homem e mantedora do lar, e sim “independente”. Contudo as desigualdades no que diz respeito às relações de gênero não foram superadas. (GAMA, 2013).

Como citado acima o controle da reprodução feminina foi de suma importância para o processo de mudanças substantivas na família, neste momento “começou a se introduzir no universo naturalizado da família a dimensão da ‘escolha’” (SARTI, 2010, p. 22).

Segundo Strathern (apud SARTI, 2010, p. 22), a partir da década de 80 do século XX:

[...] as novas tecnologias reprodutivas – seja inseminações artificiais, seja fertilizações *in vitro* – dissociaram a gravidez da relação sexual entre homem e mulher. Isso provocou outras “mudanças substantivas”, as quais novamente afetaram a identificação da família com o mundo natural, que fundamenta a ideia de família e parentesco do mundo ocidental judaico-cristão.

Sendo assim há uma modificação da família nuclear burguesa, alterando “[...] substancialmente as relações entre o homem e a mulher e aquelas entre os pais e os filhos no interior da família” (SARTI, 2003, p. 44).

As transformações ocorridas na economia na década de 90, do século XX, influenciaram diretamente no seio familiar, a partir da reestruturação produtiva que vai alterar a estrutura do trabalho, ocorrendo à flexibilização/precarização das relações de trabalho, incidindo na organização familiar. Conforme Alencar (2013),:

[...] o ajuste estrutural da economia e a expansão das alterações produtivas, é uma progressiva desestruturação do mercado de trabalho. Tal processo torna-se evidente com o aumento do desemprego, com a precarização do trabalho expressa no crescente “desassalariamento” de parcela crescente da População Economicamente Ativa, provocado pela eliminação dos empregos com registro, no crescimento das ocupações no mercado informal (ALENCAR, 2013, p.144).

De acordo com Alencar (2013), este contexto de reestruturação produtiva influenciou algumas mudanças na organização familiar:

[...] dentre as principais mudanças, se situam: a diminuição do seu tamanho, sendo cada vez mais comum famílias com poucos membros; a diversificação dos arranjos domésticos com uma grande diversidade de formatos que não passam, necessariamente, pelo modelo tradicional (homem-provedor/mulher-esposa-mãe-dona de casa), com a mulher assumindo um papel central no sustento familiar; a dissolução frequente dos laços familiares, bem como as possibilidades do recasamento, o que estabelece uma dinâmica de relações familiares mais complexas e que repercutem nos padrões de parentesco tradicional (ALENCAR, 2013, p. 149).

O processo de reestruturação produtiva, a flexibilização das relações de trabalho e a retração dos Estados de Bem-Estar, no caso europeu e nos Estados Unidos da América (EUA) tiveram impacto no universo feminino, pois “[...] na medida em que essas dependem fortemente de uma ‘renda social’, sob a forma de usufruto de serviços públicos orbitando entre suas diferentes responsabilidades no trabalho remunerado e não remunerado” (GAMA, 2013, p. 100). No entanto, as mulheres que sempre ocuparam empregos “precários” conseguiram vislumbrar o número crescente de empregos, onde a “participação da mulher no mercado de trabalho têm se assemelhado à dos homens, bem como o nível de escolaridade” (GAMA, 2013, p. 101).

Montali (2000, p.66) afirma que com o processo de reestruturação produtiva ocorreu um aumento significativo de “desemprego dos mantenedores da família, havendo uma deterioração da renda familiar”. Assim, ocorreu à inserção de outros membros da família no mercado de trabalho, para garantir a subsistência, alterando as relações familiares. Este cenário propiciou o estabelecimento de novos arranjos familiares.

Outra conquista foi à dissolução do casamento com o divórcio, proveniente de muitos anos de luta dos movimentos feministas, e de outros atores da sociedade. No Brasil, o divórcio foi regulamentado com a promulgação da Lei 6.515 de 26 de Dezembro de 1977, que “regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e da outras providências” (BRASIL, 1992).

Outro fator que impactou na formação de novos arranjos familiares foi promulgação da Constituição Federal em 1988, onde se tem uma nova concepção de igualdade entre homens e mulheres. Neste momento, a família é vista com outro olhar sendo reconhecidos os novos arranjos familiares formados ao longo do processo histórico da estrutura familiar. Em seu artigo 226 é explícito que “[...] o casamento não é mais o único mecanismo de reconhecimento legal das relações familiares” (FREITAS; BRAGA; BARROS, 2013, p.26)

Com as mudanças ocorridas no conceito de família a partir da Constituição Federal de 1988, os novos arranjos familiares são reconhecidos legalmente, como a união estável entre homem e uma mulher, família monoparental, família unipessoal, família formada só pelo casal (FREITAS; BRAGA; BARROS, 2013).

Sendo assim as características da família nuclear burguesa vem sendo desconstruída como família “modelo”, e os novos arranjos familiares foram emergindo, a partir também da autonomia que a mulher conquista na organização familiar (FREITAS; BRAGA; BARROS, 2013, p. 26).

Na contemporaneidade, não se tem um conceito unívoco da organização familiar, de acordo com que afirma Szymansky (2013, p.27):

O mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo. Desconsiderar isso é ter a vã pretensão de colocar essa multiplicidade de manifestações sob a camisa de força de uma única forma de emocionar, interpretar, comunicar.

Conforme Osorio (1996, p.15) “a estrutura familiar varia, portanto, enormemente, conforme a latitude, as distintas épocas históricas e os fatores sócio-políticos, econômicos ou religiosos prevalentes num dado momento da evolução de determinada cultura”.

De acordo com Carvalho (2003, p.15) é preciso olhar a família em seu movimento, desmistificando a idealização de família impregnada no imaginário coletivo, a nuclear. No entanto, “[...] a família vive num dado contexto que pode ser fortalecedor ou esfacelador de suas possibilidades e potencialidades”.

Sarti (2003), afirma que as mudanças ocorridas na família no mundo contemporâneo estão relacionadas com a perda do sentido da tradição,

Vivemos numa sociedade onde a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma outra época da História. Assim, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vividos a partir de papéis preestabelecidos, passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior importância social (SARTI, 2003, p. 43).

Ainda conforme a mesma autora a “[...] individualidade sintetiza o sentido das mudanças atuais, o que tem implicações evidentes nas relações familiares, fundadas no princípio da reciprocidade e da hierarquia” (SARTI, 2003, p.43).

Nas duas últimas décadas se observou o aumento do número de famílias chefiadas por um dos sexos, e a família monoparental se torna um referencial de organização familiar na contemporaneidade. (ZACARON, 2013).

Segundo Uziel (apud ZACARON, 2013, p. 171) “[...] o termo monoparental foi cunhado do inglês *one-parent family* em 1970, e introduzido por sociólogas feministas com intuito de valorizar os lares chefiados por mulheres, concedendo-lhes o mesmo estatuto que às famílias clássicas”.

É válido ressaltar que em 1981, na França foi definido o termo família monoparental “como aquela composta por uma pessoa, sem companheiro/a, vivendo em companhia de, pelo menos, uma criança de menos de 25 anos, solteira, sem companheiro/a nem filhos” (LEFAUCHEUR, apud ZACARON, 2013, p.171).

Conforme Zacaron (2013, p.172) a organização da família monoparental se caracteriza por dois aspectos: “[...] a sobrecarga sobre um dos integrantes do casal e a dessimetria entre as funções maternas e paternas da família nuclear, visíveis principalmente mediante separação”.

A monoparentalidade é perceptível a partir da “[...] separação dos pais, abandono durante a gravidez e da decisão da mulher de ter um filho sozinha”. Vale ressaltar que existem casos onde a figura paterna tem a responsabilidade de criar as crianças após algum acontecimento com sua esposa, separação até mesmo no caso de uma adoção (ZACARON, 2013, p. 172).

Nesse contexto a família monoparental que se destaca é a de chefia feminina, a partir das transformações na sociabilidade que vigoram no interior e fora das relações familiares. De acordo com Oliveira e Berquó (apud SANTOS, apud ALMEIDA, 2005, p. 41):

Em 1970, as famílias chefiadas por mulheres que representavam 9,5% da população total passam para 11,2%. Desse universo, a maioria é chefiada por viúvas numa proporção de 55,3% e 49,7%, em 1980. Em seguida estão as separadas (25,1% em 1970 e 23,5% em 1980) e as solteiras (19,6% em 1970 e 24,7% em 1980).

Conforme Berquó (apud AZEVEDO; MAGALHÃES; LAZO, 2012, p. 03), o termo chefia feminina pode ser referido aos seguintes grupos de mulheres:

- 1 – “uma mulher solteira, separada ou viúva, com filhos, tendo ou não parentes e/ou agregados”;
- 2 – “mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou porque não os teve, ou porque, adultos, já saíram de casa ou já faleceram, tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo no domicílio”;
- 3 – “mulher solteira, separada ou viúva morando sozinha”;
- 4 – “mulher casada chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro morando em casa”.

Conforme destacado pelos autores, a presença apenas de um dos genitores e sua prole, determina muitas vezes na sobrecarga das atribuições sociais de cuidado, zelo e responsabilidade, com omissão ou ausência absoluta da presença do outro cônjuge/companheiro.

De acordo com o Censo Demográfico (2000), no Brasil havia um total de 86.223.155 mulheres, onde 11.160.335 eram responsáveis pelos domicílios, correspondendo a 12,9% do total de mulheres existentes no país independente de ser responsável pelo domicílio ou não.



Tabela 1 - Pessoas responsáveis pelos domicílios, por sexo, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	Pessoas responsáveis pelos domicílios		
	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	<b>44 795 101</b>	<b>33 634 466</b>	<b>11 160 635</b>
Norte	2 809 912	2 167 075	642 837
Nordeste	11 401 385	8 449 390	2 951 995
Sudeste	20 224 269	15 049 401	5 174 868
Sul	7 205 057	5 576 952	1 628 105
Centro-Oeste	3 154 478	2 391 648	762 830

Nota: Domicílios particulares permanentes.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Já em relação ao total de pessoas responsáveis pelo domicílio segundo o sexo do responsável, o Censo Demográfico (2000) apresenta que de um total de 44.795.101 pessoas responsáveis pelo domicílio, 11.160.635 são mulheres correspondendo a 24,9% deste total. Em relação às grandes regiões as duas que se destacam e a Sudeste com 46,4% e Nordeste com 26,5% de mulheres que chefiam seus lares..

A família monoparental de chefia feminina é comumente atribuída à extrema vulnerabilidade, conhecida como “feminização da pobreza”. Mas é importante ressaltar que as mulheres chefes de família estão mais independentes, se qualificando, alcançando seus objetivos. No entanto, o enfoque que se dá a família monoparental de chefia feminina e a “estigma de que as mulheres são menos capazes para cuidar de suas famílias e de suas vidas sem a existência de um homem” (FREITAS; BRAGA; BARROS, 2013, p.27).

Mesmo com diversidade da composição familiar, ainda não foi superado totalmente ideologia de que a mulher não consegue provê o sustento de sua família integralmente. Na sociedade contemporânea ainda se tem o pensamento intrínseco que a família tem que ser no formato “nuclear”, chefiada por um homem. Apesar do reconhecimento de novos arranjos familiares, e de uma luta pela igualdade de gênero, que construiu “novas representações sobre a posição feminina na família e na sociedade”. Não faz com que essa conquista “elimine as relações hierarquizadas e a dominância masculina feminina” (ROMANELLI, 2003, p. 77).

Contudo, o número de famílias de chefia feminina em situação de vulnerabilidade é expressivo, pois conforme Guimarães (apud ALMEIDA, 2005, p.43) essas mulheres

em relação ao homem chefe de família têm “[...] elevado nível de desemprego, o menor número de horas trabalhadas em virtude das responsabilidades domésticas, os salários mais baixos, as maiores dificuldades para ingressar no mercado de trabalho e o acesso mais restringido aos recursos produtivos”.

É válido apontar que essas mulheres que estão em situação de vulnerabilidade na maioria das vezes são beneficiárias das políticas de transferência de renda, mais especificadamente do Programa Bolsa Família. Vale ressaltar que essa não é apenas uma realidade vivida por famílias chefiadas por mulheres, mas sim por todos os tipos de famílias que vivenciam a situação de pobreza ou extrema pobreza (SOUZA; MONNERAT, 2013).

Para falar da família monoparental é fundamental a discussão sobre as relações de gênero, visto a orientação social dos papéis masculino e feminino, item que será contextualizado na parte que segue.

## 2.2 RELAÇÕES DE GÊNERO

Este item possui como objetivo descrever e conceituar o que vem a ser gênero e como as relações de gênero influenciam no âmbito familiar no que diz respeito à figura feminina.

Conforme Bonder citado por Prá ([201-]) independentemente de como é conceituado o termo gênero existe quatro pontos essenciais que movem o debate entorno desta questão, sendo eles:

1. Não há razão biológica ou “natural” que determine diferenças sociais, econômicas, culturais e de poder entre homens e mulheres. Características subjetivas e os papéis atribuídos a cada um resultam de complexo ordenamento social e de expressões particulares de acordo com épocas, culturas e grupos.
2. Gênero não é sinônimo de mulher, ainda que a maioria dos estudos ou políticas tenha se concentrado nela. Refere-se ao modo como se constrói e manifesta tanto a condição social das mulheres e dos homens, assim como as relações entre ambos em cada contexto.
3. As relações de gênero se interagem com outras relações sociais como as de classe, etnia, idade, etc.; todas estas formadoras da estrutura e dinâmica das sociedades. Por isso, as análises de gênero devem dar conta desta complexidade.
4. Nenhuma sociedade designou às características atribuídas às mulheres (ou ao feminino) valor igual às associadas aos homens (ou ao masculino); em consequência, as diferenças entre ambos se expressam em ordem hierárquica de predomínio masculino (BONDER citado por PRÁ [201-], p. 5).

Para Auad (2003), falar de gênero vai para além das diferenças biológicas entre os sexos feminino e masculino. No entanto, se faz necessária a compreensão de que tal termo começou a ser utilizado a partir do movimento feminista, entorno da luta das mulheres por direitos sociais e políticos.

Conforme descrito pela autora o termo gênero pode ser assim definido:

Gênero não é apenas sinônimo de sexo, masculino ou feminino. Gênero também é o conjunto de expressões daquilo que se pensa sobre o masculino e o feminino. Ou seja, a sociedade constrói longamente, durante os séculos de sua história, significados, símbolos e características para interpretar cada um dos sexos. A essa construção social dá-se o nome de “relações de gênero”. Por causa do modo como as pessoas percebem os gêneros masculino e feminino na sociedade é que se espera uma série de coisas tanto dos homens quanto das mulheres (AUAD, 2003, p. 57).

A construção do feminino e masculino é um fenômeno cultural. Sendo assim, a figura masculina e feminina já tem seu papel sexual e social rotulado pela sociedade que vai ser determinante para sua atuação no espaço público e privado, onde aos homens se tem a característica de serem viris mais engajados com o trabalho e não com os afazeres domésticos dentre outras coisas, já para as mulheres está rotulado a delicadeza, educação, paciência, cuidado com os serviços domésticos e filhos, etc (AUAD, 2003).

Nesse sentido compreende-se então que os papéis estão muito bem delimitados, demarcados, bem como a expectativa de seu desempenho.

A dicotomia entre o universo feminino e o masculino é visível, como também entre o espaço público e o privado. Neste universo, as prescrições normativas e normalizadoras das condutas são marcantes. Assim, as mulheres foram educadas para serem “femininas”, ou seja, dóceis, emotivas, frágeis, mães, intuitivas. Os meninos por sua vez, para serem duros, fortes, racionais. Esta divisão de mundo acarretou relações conflitivas entre os sexos e distintas entre pai-filho e mãe-filho (SIQUEIRA, 1999, p. 190).

Auad (2003), ainda reflete que a partir desta figura do sexo feminino e masculino que é construída e estigmatizada pela sociedade, faz com que se observe as diferenças biológicas entre homens e mulheres segundo a idealização de gênero construída socialmente.

Neste sentido, os papéis preestabelecidos da figura feminina e masculina vão incidir no âmbito familiar, onde as relações familiares vão ser permeadas pelos papéis definidos culturalmente para cada um de seus membros (SARTI, 2003).

Ainda no que diz respeito a gênero pode ser assim explicitado:

O termo “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT apud ARAÚJO, 2005, p. 42 – 43).

Matos (2009), na mesma linha de pensamento destaca que:

Gênero seria o conhecimento sobre a diferença sexual, ou seja, uma leitura social que estabelece significações as diferenças corpóreas percebidas historicamente, tratam-se, portanto de diferenças socialmente construídas sobre o “masculino” e o “feminino” que se expressam dentre outras maneiras, na divisão sexual do trabalho, nas relações de poder, no âmbito doméstico, na produção e reprodução. Sendo assim, uma categoria de análise histórica, constitutiva das relações sociais (MATOS, 2009, p. 65).

Desta forma, diante das desigualdades existentes nas relações de gêneros surge um movimento de mulheres denominado feministas, inicialmente tem sua predominância na Europa na metade do século XIX, com bandeira de luta pelos direitos sociais e políticos, essas mulheres reivindicavam o direito de voto e melhores condições de trabalho no chão das fábricas (AUAD, 2003).

De acordo com Auad (2003), assim se caracteriza o feminismo:

O feminismo é um movimento formado por mulheres críticas e questionadoras. Elas nada a ver com o modelo de passividade e submissão que é esperado das mulheres por alguns setores da sociedade. São mulheres que, embora sejam diferentes entre si, formam um grupo que de diferentes formas critica radicalmente o sistema econômico, político e social em que vivemos. É só prestar um pouquinho de atenção para perceber que o objetivo maior do feminismo é liberar tanto as mulheres quanto os homens para uma vida autêntica e consciente (AUAD, 2003, p. 14)

A autora relata que de acordo com alguns estudiosos esse movimento é dividido por períodos da história, também chamados de ondas, neste caso sendo duas. A primeira onda ficou caracterizada pela luta ao direito ao voto que se iniciou no século XIX e perdurou até a conquista do direito ao voto pelas mulheres em alguns países. A segunda onda ficou marcada pela luta das feministas no que tange aos direitos sociais e políticos, como o operário e o estudantil.

No Brasil a conquista do voto por feministas foi no ano de 1933, sendo consolidado na Constituição de 1934, no entanto, só foi exercido nas eleições de 1945 (BLAY, 1999).

A autora ainda retrata que o feminismo foi culturalmente ligado à queima de sutiãs. Segundo a autora a queima de sutiãs é uma lenda que teve início em um concurso

de *miss* nos Estados Unidos, onde um grupo de mulheres feministas fez uma manifestação contra os estereótipos de beleza rigorosos exigidos pelos concursos de belezas em um contexto geral, onde colocaram seus sutiãs em um balde como uma forma de protesto, mas um jornalista para vender sua mídia relatou que esse grupo de feministas tinham ateado fogo neste balde, mas este fato não passa de falácias (AUAD, 2003).

A luta feminista “[...] não é privilégio para as mulheres e destruição para os homens” (AUAD, 2003, p.14). O feminismo não caracteriza o combate ao sexo masculino, mas sim a luta pelo combate da desvalorização feminina, o sexismo e o machismo. “Assim o feminismo busca que mulheres e homens compartilhem o poder na sociedade, e não que o poder seja apenas das mulheres” (AUAD, 2003, p. 14).

Em países onde se emergiu a luta feminista, as mulheres tiveram que lutar muito para romper as grades da prisão familiar, até conquistar mesmo os direitos mais básicos (CARVALHO; MARTINS, 1998).

É válido ressaltar que “[...] surgiram organizações femininas muito ativas, que editavam revistas e jornais, faziam manifestações públicas pelos direitos da mulher e lutavam por ideias que, aos poucos, foram se tornando parte das leis” (CARVALHO; BARROCA, 1998, p. 16).

A partir da percepção da garantia de direitos para as mulheres que ainda viviam em situação de regime de quase escravidão, em 1953 a Organização das Nações Unidas (ONU), aprovou a Declaração Universal dos Direitos Políticos da Mulher. Com a aprovação desta declaração a ONU “[...] quis ao mesmo tempo, denunciar a situação de tantas mulheres que ainda viviam sem liberdade e proclamar que elas também têm direitos à cidadania” (CARVALHO; BARROCA, 1998, p. 31).

A Declaração Universal dos Direitos Políticos da Mulher era composta por quatro artigos sendo eles:

Art. 1º - As mulheres terão, em igualdade de condições com os homens, o direito de voto em todas as eleições, sem restrição.

Art. 2º - As mulheres serão, em condições de igualdade com o homem, elegíveis para todos os organismos público de eleição, constituídos em virtude de legislação nacional, sem nenhuma restrição.

Art. 3º - As mulheres terão, em condições de igualdade, os mesmos direitos que os homens de ocupar todos os postos públicos e exercer todas as funções públicas estabelecidas em virtude da legislação nacional, sem nenhuma restrição.

Art. 4º - A presente convenção será aberta à assinatura de todos os Estados-membros da ONU e de todo outro Estado ao qual a Assembleia Geral tenha endereçado convite para esse fim (CARVALHO; BARROCA, 1998, p. 32).

No Brasil as lutas feministas se fortaleceram durante o período da Ditadura Militar, e somaram a luta pela democracia e pela desigualdade de gênero. Neste momento de repressão militar as mulheres que lideravam este movimento foram desqualificadas em todos os veículos de comunicação, sendo acusadas de serem alienadas, de copiarem os ideários de européias e americanas e que as reivindicações eram de cunho burguês (BLAY, 1999).

Este fato ocorreu pelo fato de discutir a relação entre homem e mulher, ao negar a hierarquização de gênero, a subordinação e a sexualidade, “levavam necessariamente a discutir direitos civis, liberdade e democracia o que atingia diretamente o poder autoritário” (BLAY, 1999).

Portanto, as lutas feministas buscavam “a construção de um novo jeito de ser mulher. Certamente este processo não é linear, harmonioso, isento de conflitos e contradições. Tratam-se, no entanto, positivamente de transformações em curso” (SIQUEIRA, 1999).

As conquistas ocasionadas pelas lutas em detrimento do direito da mulher foram de suma importância. No entanto, as diferenças entre os sexos masculino e feminino ainda é bastante perceptível nas relações sociais, por mais que se tenham bandeiras de lutas contra a desigualdade sexual, ainda não houve total desmistificação das relações de gênero isso é percebido nas relações de trabalho, na sociedade de forma geral, dentro do âmbito familiar o qual vai ser enfatizado (AUAD, 2003).

Segundo Araújo (2005, p. 45), o debate entorno das diferenças entre o sexo feminino e masculino teve seu apogeu, a partir das perspectivas essencialista e culturalista. A teoria essencialista “exalta a diferença sexual e defende a existência de uma essência feminina”. Já a perspectiva culturalista traz a ideia de que “as diferenças sexuais provêm da socialização e da cultura. Sob esta ótica, a superação da ordem e das leis patriarcais eliminaria as diferenças sexuais” (ARAÚJO, 2005, p. 45).

De acordo com o que afirma Auad (2003), é preciso questionar como se tem percebido essa diferença entre homens e mulheres.

Essas diferenças não são naturais e essenciais, mas construídas por um conjunto de elementos, entre os quais estão as “verdades” que as escolas, as igrejas e as famílias nos ensinam. Mesmo que essas “verdades” já estejam aí quando nascemos, elas podem ser questionadas e transformadas (AUAD, 2003, 58).

É interessante reiterar que questionar e transformar não é destruir com o que está construído, até porque seria uma tarefa árdua. Questionar neste sentido é ter a possibilidade de poder escolher o que pode ser igual ou diferente entre homens e mulheres. “O mais importante é lembrar que ser diferente não é ser desigual” (AUAD, 2003, 58).

Conforme Silva (2012) é bom acrescentar ainda que,

a cisão e a delimitação do público e privado, construídos e potencializados pelas histórias e mitos, no que tange aos papéis sociais da mulher e do homem, vão se cristalizando, tornando verdades absolutas inquestionáveis e santificadas. Tece-se assim, a naturalidade da aceitação cultural do lugar da mulher e do homem na sociedade, legitimando a relação de hierarquia do poder entre os gêneros (SILVA, 2012).

A relação de superioridade do homem sobre a mulher tem seu início no período Neolítico<sup>1</sup>, neste momento os homens percebem a função do seu papel na reprodução, passam a controlar a sexualidade feminina e surge o casamento que se origina de um pacto desigual onde a esposa obedece a seu marido em troca de uma suposta “proteção”. “O que sustenta esse modelo de casamento é o pressuposto de que a mulher sempre concordará em se submeter como esposa porque o homem é o mais forte e poderá desfrutar da “superioridade de seu sexo”” (AUAD, 2003, p. 23).

Essa ideia da mulher frágil, submissa que deveria ser protegida e dependente economicamente de seu esposo, foi disseminada ao longo dos séculos sob a ótica biológica irrefutável que comprovavam a fragilidade feminina, que acabou se tornando uma verdade absoluta (AUAD, 2003).

E ao longo do processo histórico essa visão da mulher “pertencer” ao seu esposo foi sendo cada vez mais incorporada no âmbito familiar, onde pode ser vislumbrada no modelo familiar patriarcal<sup>2</sup>, a mulher era totalmente submissa ao seu marido não tinha direito de igualdade de forma alguma, neste período em alguns países o marido tinha o poder de vida ou morte sobre sua esposa (AUAD, 2003).

<sup>1</sup> Considerado período da pedra polida, iniciado no ano 7000 a.C (AUAD, 2003, p. 22).

<sup>2</sup> Sistema de organização que garante ao chefe da família a autoridade total (CARVALHO; MARTINS, 1998, p. 22).

A partir das lutas feministas para a garantia dos direitos da mulher, essa relação de autoridade e poder do homem sob sua esposa foi se modificando, no entanto, não perdeu sua característica. A inserção da mulher no mercado de trabalho foi um dos fatores que contribuíram para alterar a lógica do patriarcado, neste momento o homem não é mais o único provedor do sustento de sua família (ROMANELLI, 2003).

Por outro lado agora a mulher além de seu emprego remunerado tinha que zelar pelo os afazeres domésticos, filhos e marido, por mais que se tenha a conquista de direitos isso não fez com que as relações hierarquizadas e a dominância masculina no seio familiar fosse totalmente eliminada (ROMANELLI, 2003).

Araújo (2005) corrobora que com as mudanças ocasionadas pelo feminismo, as relações familiares foram afetadas causando uma instabilidade do modelo masculino tradicional, a autora destaca que a partir deste momento se tem uma “crise da masculinidade”.

Alguns anos após as conquistas do movimento feminista, a tecnologia traz sua contribuição que também vai impactar nas relações de gênero, a pílula anticoncepcional, as tecnologias reprodutivas (inseminações artificiais e fertilizações *in vitro*), desassocia a gravidez ligada à relação sexual entre homem e mulher, agora a mulher tem o poder sobre o controle de sua reprodução, permitindo a reformulação do seu lugar na esfera privada e sua participação na esfera pública (SARTI, 2010).

Sendo assim, as mudanças ocorridas na contemporaneidade influenciaram para uma modificação do papel estereotipado da figura feminina, neste momento se tem uma preocupação com a garantia dos direitos de igualdade entre os sexos, já que a mulher cada vez mais vem ganhando os espaços públicos e privados (SARTI, 2003).

No entanto, é válido ressaltar que mesmo com a mulher sendo reconhecida na sociedade a disparidade entre gênero ainda é muito relevante, pois se tem o interesse do grande capital em manter as relações hierarquizadas, desiguais com intuito de reedifica as bases do modo de produção capitalista (MATOS, 2009).

No Brasil a promulgação da Constituição Federal de 1988, vem selar a igualdade entre homens e mulheres perante a lei. No artigo 5º inciso I retrata que nos termos desta lei homens e mulheres são iguais no que diz respeito a direitos e obrigações.



Já o artigo 226º inciso V retrata que na sociedade conjugal homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres (BRASIL, 2014).

Sendo assim, a Constituição Federal de 1988 vem ampliar o debate da igualdade entre homens e mulheres, neste momento são reconhecidos os direitos e deveres igualitários entre os gêneros impactando nas relações sociais e familiares.

Desse modo, conforme supracitado no capítulo anterior a Carta Magna de 1988 em seu artigo 226º dispõe sobre a família, e reconhece a família como entidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes. Sendo assim, se reconhece a mulher como provedora do seu lar, as instituídas famílias monoparentais (BRASIL, 2014).

Conforme Ribeiro (2005, p. 26), a família monoparental é formada “[...] apenas pela díade mãe-filho (díade materna) ou pai-filho (díade paterna). Este grupo se forma após o divórcio ou a separação de antigo casal, após a morte de um dos cônjuges, ou no caso das mães solteiras”.

Sendo assim, com a legitimação dos novos arranjos familiares, a Constituição Federal de 1988 reconhece o papel da mulher na instituição familiar apresentando a igualdade entre os gêneros.

Já em relação às políticas sociais, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) frente às novas configurações familiares e a vulnerabilidade social, dispõe em seu texto a centralidade na família e a matricialidade sociofamiliar, ou seja, nos atendimentos realizados nas pontas deve-se priorizar a mulher como responsável pelo cadastro no serviço em que a mesma for atendida (BRASIL, 2004).

Desta forma a PNAS modifica o caráter postulado onde o homem é responsável por tudo que se refere a sua família. A PNAS também rotula a matricialidade sociofamiliar por conta do aumento de famílias chefiadas por mulheres.

### 2.3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Para melhor análise do tema proposto nesta pesquisa, importante abordar os caminhos que a Política de Assistência Social no Brasil percorreu até os dias atuais, para compreender a política social que norteia o serviço desenvolvido pelo CRAS.

A assistência social ganhou característica de política com a promulgação da constituição em 1988, onde é assegurada no tripé da seguridade social juntamente com saúde e previdência. Em seu artigo 194, a Constituição Federal dispõe que a “seguridade social compreende um conjunto integrado de ações iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 2014).

Já no que diz respeito à assistência social a Carta Magna de 1988 dispõe em seus artigos 203 e 204 que:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I – descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como as entidades beneficentes e de assistência social;

II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular ao programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III- qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, com a inclusão da assistência social no campo da seguridade social, como política pública modificou o caráter de assistência antes vigorado no Brasil, agora passa a ser dever do Estado e direito do cidadão. “As ações assistenciais

foram retiradas do campo da meritocracia, da ajuda e do clientelismo, para serem incluídas entre os direitos de cidadania” (BATTINI; COSTA, 2007, p. 33).

Sendo assim, após cinco anos da aprovação da Carta Magna de 1988 que reconhecia a assistência social como direito do cidadão, foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº. 8.742 em 7 de dezembro de 1993. A LOAS foi instituída para regulamentar as regras legais expostas na Constituição Federal de 1988, no que tange à assistência social (BRASIL, 2011).

A lentidão na aprovação da LOAS se fundamenta no fato de sua implementação ocorrer “ em uma conjuntura adversa e paradoxal, na qual evidencia a profunda incompatibilidade entre ajustes estruturais da economia e investimentos sociais do Estado” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p. 56).

A promulgação da LOAS, inovou ao apresentar nova característica institucional para a assistência social, dispondo em seu artigo 1º o seu significado, sendo ele:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL,2011).

Portanto, a LOAS aponta “a necessária integração entre o econômico e o social, a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acessos a serviços sociais e com a participação da população” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p. 56). Ou seja, amplia o debate da deliberação pública, considerando a cidadania e a democracia.

Após a promulgação da LOAS em 1993, somente em 2003 na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, deliberou o compromisso do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Secretária Nacional de Assistência Social (SNAS) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) de materializar as diretrizes da LOAS (BRASIL, 2004).

Sendo assim, para cumprir as deliberações da conferência, em 2004 por meio da Resolução n. 145, de 15 de outubro desse mesmo ano do CNAS, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social. Tal regra foi construída coletivamente pelo MDS, SNAS e o CNAS, demonstrando a intenção de construir o redesenho desta política, “na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)” (BRASIL, 2004, p. 11).

De acordo com que afirma Couto; Yazbek; Raichelis (2012), a PNAS,

vai explicitar e tornar claras as diretrizes para efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, apoiada em um modelo de gestão compartilhada pautada no pacto federativo, no qual são detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão de atenção socioassistenciais, em consonância com o preconizado na Loas e nas Normas Operacionais (NOBs) editadas a partir da indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada (COUTO, YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p. 60).

A PNAS apresenta seus princípios que encontram-se em consonância com o conteúdo normativo disposto na LOAS, especificamente em seu artigo 4º, amparado nas diretrizes constitucionais. Sendo assim, a PNAS reafirma a necessidade de articular suas ações com outras políticas, com intuito de que as ações públicas tem que ser múltiplas e integradas no enfrentamento das expressões da questão social (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012).

Deste modo a PNAS (2004) dispõe sobre seus objetivos:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p. 33).

Frente a estes objetivos Couto; Yazbek; Raichelis (2012) destacam a relevância de algumas dimensões apostadas pela PNAS. A primeira se baseia no desenvolvimento de pontos estratégicos de articulação e de gestão que possibilitem abordagens intersetoriais, expressando a ligação entre as políticas públicas. A segunda amplia a concepção dos usuários da assistência, agora se evidencia o público alvo da política sendo a população em condições de pobreza e vulnerabilidade social. O terceiro e último aspecto está calcado na lógica da estrutura da Proteção Social ofertada pela Assistência Social, sendo dividida em dois níveis, sendo eles: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE).

A Proteção Social Básica tem por objetivos “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2004, p. 33). Os serviços ofertados pela PSB “serão executados de forma direta no CRAS e em outras unidades básicas e

públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS” (BRASIL, 2004, p. 35).

A Proteção Social Especial de acordo com que prevê a PNAS (2004) é:

a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2004, p. 37).

A PSE apresenta dois níveis de atenção: Proteção Social Especial de Média Complexidade este serviço oferece “atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos” (BRASIL, 2004, p. 38). O órgão executor desse serviço é o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), e a Proteção Social Especial de Alta Complexidade onde os vínculos familiares e, ou, comunitários já foram rompidos, este serviço tem por objetivo garantir a proteção integral do indivíduo (BRASIL, 2004).

Os Serviços de Proteção Social devem garantir um conjunto de seguranças que tem por objetivo reduzir e prevenir riscos e vulnerabilidades sociais dos usuários da política, as garantias a serem providas são: a segurança de acolhida, a segurança social de renda, a segurança de convívio, a segurança de desenvolvimento da autonomia e a segurança de benefícios materiais ou em pecúnia (BRASIL, 2008).

Desta forma em 2005 pelo CNAS (NOB n. 130, de 15 de julho de 2005) a PNAS institui o Sistema Único de Assistência Social, “cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais” (BRASIL, 2004, p. 39).

O SUAS materializa o que está exposto na LOAS, definindo e organizando elementos essenciais para a execução da política, sendo estruturada em oito eixos:

- Matricialidade sociofamiliar.
- Descentralização político-administrativa e Territorialização.
- Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil.
- Financiamento.
- Controle social.
- O desafio da participação popular/ cidadão usuário.
- A Política de Recursos Humanos.
- A informação, o monitoramento e a avaliação (BRASIL, 2004, p. 39).

Portanto, pode-se afirmar que a implementação da PNAS e do SUAS, surge para dar novos rumos a política de assistência social no Brasil, demarcando o direito do cidadão e como a política deve ser ministrada pelo Estado. Sendo assim, para atender os objetivos da pesquisa faz-se necessário discorrer com maior aprofundamento sobre o CRAS.

### **2.3.1 Centro de Referência de Assistência Social**

O Centro de Referência de Assistência Social, de acordo com que afirma o guia de orientações técnicas do serviço é

[...] uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (BRASIL, 2009, p. 9).

Ou seja, o CRAS é um serviço da proteção social básica do SUAS sendo referência para o desenvolvimento dos serviços socioassistenciais ofertados pela PSB, tem por objetivo prevenir os riscos sociais e situações de vulnerabilidade no território de sua abrangência, desenvolvendo atividades para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e para ampliação do acesso aos direitos e cidadania (BRASIL, 2009).

O CRAS tem como atribuições o fornecimento de dados e informações para a Gestão Municipal sobre seu território de abrangência; oferecer o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e outros serviços socioassistenciais da PSB; e a Gestão territorial da rede socioassistencial da PSB (BRASIL, 2009).

O principal serviço desenvolvido pelo CRAS é o PAIF que assume como princípio dois eixos estruturantes do SUAS: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. Conforme a tipificação nacional de serviços socioassistenciais o PAIF,

consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (BRASIL, 2009, p. 6).

Sendo assim, o serviço se baseia na diversidade dos arranjos familiares, realizando ações com famílias que necessitam da intervenção do PAIF, desenvolvendo o

trabalho social com famílias que busca compreender a realidade familiar do sujeito levando em consideração sua história de vida e valores socialmente construídos, para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciada por toda a família, assim criando estratégias para proteção de forma integral, materializando a matricialidade sociofamiliar (BRASIL, 2009).

Além do principal serviço desenvolvido pelo CRAS que é o PAIF, este serviço também tem a função de realizar articulação com as políticas de transferência de renda nos três âmbitos: federal, estadual e municipal. Esta articulação ocorre por meio da otimização do Cadastro Único (CadÚnico) que é um instrumento de coleta de dados que permite a identificação e caracterização das famílias de baixa renda, o cadastro é destinado a famílias que possuem renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; e ou renda mensal familiar de até três salários mínimos. O governo federal implementou este cadastro para agrupar todos os programas sociais das três esferas de poder, para facilitar a viabilização destes aos usuários do serviço. Dentre os programas vinculados ao CadÚnico o que mais se destaca é o Programa Bolsa Família (PBF) (BRASIL, [201-]).

De acordo com Souza e Monnerat (2013) o Programa Bolsa Família foi criado pelo governo Federal e “[...] tem por objetivo enunciado instituir um programa nacional de transferência condicionada de renda às famílias pobres, pautado notadamente na gestão descentralizada e intersetorial” (SOUZA; MONNERAT, 2013, p. 154).

O PBF é composto por três benefícios: o básico, o variável e o variável jovem e exige o cumprimento de suas condicionalidades no que diz respeito ao acompanhamento na saúde de crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes. A inserção de crianças a partir de 6 anos de idade no âmbito escolar com no mínimo de 85% de frequência no mês, e adolescente entre 16 e 17 anos de idade 75% de frequência no mês. As famílias beneficiárias que não cumprem com essas condicionalidades sofrem penalidades que perpassa pela advertência, bloqueio, suspensão e cancelamento do benefício.

De acordo, com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (2014), o benefício básico é destinado a famílias extremamente pobres com renda por pessoa inferior ou até R\$ 77,00, independente de ter crianças ou adolescentes na família. O benefício variável é destinado a famílias com crianças ou adolescentes entre 0 a 15 anos de idade, o valor do benefício é de R\$ 35,00, tendo o limite de até cinco filhos.

O benefício variável jovem é concedido a famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos de idade o valor do benefício e de R\$ 42, tendo o limite de até dois filhos.

O foco principal do PBF “[...] é a família em situação de pobreza ou de extrema pobreza. A definição de que quais famílias se encontram nessa situação é feita a partir do estabelecimento de uma linha de pobreza baseada na renda familiar *per capita*”. O programa indica que o benefício deve ser preferencialmente pago as mulheres. “Tal definição está ancorada na concepção de que as mulheres teriam maiores condições de maximizar o benefício recebido, além de aumentar as chances de cumprimento da agenda de compromissos” (SOUZA; MONNERAT, 2013, p.155-159).

Sendo assim, podemos concluir que o CRAS é a porta de entrada para acesso aos benefícios sócio assistenciais, no qual se destaca o PBF sendo o benefício mais acessado como pode ser visto nos resultados dessa pesquisa.





### 3 METODOLOGIA

Neste item iremos descrever o caminho que foi percorrido para a realização da pesquisa que se propôs.

Segundo Minayo (2008):

[...] discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou objeto de investigação requer; como a apresentação adequada e justificada dos métodos, das técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação [...] (MINAYO, 2008, p. 44).

Para Gil, a metodologia é “[...] o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (GIL, 2009, p. 8), desta feita não existe levantamento e interpretação de dados que condiz com a realidade, que não parta de uma definição metodológica.

Partindo do intuito de identificar o perfil socioeconômico de famílias monoparentais referenciadas no CRAS, a técnica de pesquisa utilizada foi a documental, uma vez que fundou-se na consulta aos dados estatísticos disponibilizados de um levantamento dos prontuários dos usuários existentes na instituição. Os dados apreendidos não trazem qualquer identificação aos sujeitos atendidos no CRAS, mantendo-se pois todo o sigilo e não sendo pesquisa direta com seres humanos.

Conforme Marconi e Lakatos (2011, p.48-49):

a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se domina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

De acordo com Gil (2009, p.147), a pesquisa documental proporciona a coleta de dados referentes a pessoas de maneira indireta,

[...] fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas. Sem contar que em muitos casos só se torna possível realizar uma investigação social por meio de documentos.

A pesquisa terá uma abordagem quantitativa com intuito de atender os objetivos do estudo. Conforme Minayo (2008, p.56), “o uso de métodos quantitativos tem o objetivo de trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis ou produzir modelos teóricos de alta abstração com aplicabilidade prática”. Neste estudo, a partir

da utilização da abordagem quantitativa buscaremos conhecer o perfil socioeconômico de famílias chefiadas por mulheres referenciadas no CRAS.

A pesquisa foi realizada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Laranjeiras. CRAS “[...] é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social [...]. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da PNAS” (BRASIL, 2004, p. 35). A população atendida são famílias que se encontram “em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação, e ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social” (BRASIL, 2004, p. 33).

A escolha deste CRAS se deu por conta da realização do estágio curricular nessa instituição, que possibilitou a percepção do grande número de mulheres chefes de família, que instigou a realização desta pesquisa, com intuito de identificar o perfil dessas.

Pelo fato de se utilizar a técnica de análise documental, não ocorrerá uma abordagem direta aos sujeitos, sendo assim, não se faz necessário participantes, bem como a assinatura do termo de livre participação.

Conforme Marconi e Lakatos (2010, p. 149), a coletas de dados é a:

etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos. É tarefa cansativa e toma, quase sempre, mais tempo do que se espera. Exige do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal, além do cuidadoso registro dos dados e de um bom preparo anterior.

O levantamento dos dados ocorreu nos documentos estatísticos existentes na instituição, compreendidos entre os períodos de outubro e novembro de 2013, já que bimestralmente há um número significativo de atendimentos realizados na instituição consideramos ser uma escolha viável.

As informações presentes nos dados documentais dizem respeito a: idade, estado civil, escolaridade, composição familiar, trabalho formal ou informal, tipo de residência, número de cômodos, tipo de abastecimento de água, tipo de abastecimento de luz, benefícios socioassistenciais.

Estes dados serão apresentados em forma de gráficos informativos que:

Objetivam dar ao público ou ao investigador um conhecimento da situação real, atual, do problema estudado. Devem ser feitos com cuidados tais que o destino impressione bem, tenha algo de atraente, mas este cuidado

artístico não deve ser exagerado a ponto de prejudicar o observador na apreensão fácil dos dados (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 154).

Os dados foram analisados de forma descritiva que consiste em “[...] descrever os dados obtidos, ou mais precisamente, caracterizar isoladamente o comportamento de cada uma das variáveis no conjunto das observações” (GIL, 2009, p. 161).

Portanto, por não se tratar de uma pesquisa documental que vai às fontes primárias na se faz necessário à autorização do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), toda via e imprescindível realizar o estudo de acordo com os princípios éticos da pesquisa.



## 4 RESULTADO DA PESQUISA

### 4.1.2 CAMPO DE PESQUISA: CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DA SERRA

Realizada a introdução sobre a política de assistência e a identificação normativa e conceitual do CRAS, neste momento apresentaremos os resultados obtidos a partir da organização e análise dos dados disponibilizados pela instituição pesquisada, iniciando, todavia, pela caracterização do município onde está situado o CRAS.

O município da Serra integra a Região Metropolitana da Grande Vitória, possui 547, 45 Km<sup>2</sup> de extensão territorial, 65% desta extensão e de área rural e 35% de área urbana, a maioria da população do município reside na área urbana totalizando 99, 30% da taxa de urbanização (SERRA, 2012).

O município ao sul faz limite com Cariacica e Vitória, ao norte com Fundão, ao oeste com Santa Leopoldina e ao leste com o Oceano Atlântico, estando, pois cercada por municípios com característica urbana, incluindo a capital do Estado, mas também por municípios com perfil agrário, como no caso de Santa Leopoldina e Fundão (SERRA, 2012).

A Serra é composta por cinco distritos sendo eles: Sede Municipal, Calogi, Carapina, Nova Almeida e Queimado, na junção destes distritos o município é composto por 124 bairros, sendo ainda o município da Região Metropolitana que apresenta maior população do Estado do Espírito Santo (Tabela 2), e o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado onde nos últimos 11anos cresceu em média 17%. Sendo a indústria responsável por 41% da riqueza do município, bem próximo da contribuição do comércio e da área de serviços que é de 59% (SERRA, 2013).

Tabela 2: População residente por grupo de idade sexo – Serra (ES) 2010

Grupo de idade	Total	Homens	Mulheres
0 a 5 anos	39.374	20.078	19.296
6 a 11 anos	42.452	21.621	20.831
12 a 14 anos	22.496	11.291	11.205
15 a 17 anos	21.902	10.907	10.995
18 a 24 anos	56.241	28.325	27.916
25 a 29 anos	42.336	21.015	21.321
30 a 59 anos	163.061	78.853	84.208
60 a 64 anos	10.914	5.224	5.690
65 anos ou mais	19.117	8.210	10.907
<b>Total</b>	<b>417.893</b>	<b>205.524</b>	<b>212.369</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Dados do Universo

Elaboração: PMS/SEPLAE/DAE - Fev/2014a.

Como descrito na (Tabela 02) de acordo com o Censo Demográfico 2010, a Serra possui 417.893 habitantes, deste total a maioria dos habitantes são mulheres este fato também pode ser percebido na condição do responsável pelo domicílio onde se tem um número significativo de mulheres que são responsáveis por seus lares.

Alguns bairros da Serra foram organizados em torno de áreas industriais, o que provoca a ausência de infraestrutura e equipamentos de saneamento básico, limitando o pleno exercício da cidadania.

Com a realidade descrita, famílias se dirigiram ao município como posto de trabalho, mas para facilitar a acessibilidade, mudaram-se de maneira provisória e precária para o município, incluindo mulheres e crianças, que com a conclusão das atividades laborais, principalmente do trabalho informal ou transitório, como no caso da construção civil, ocorreu a ampliação do empobrecimento local, com inserção de mulheres em áreas de prostituição se destacando os bairros São Diogo e São Geraldo que se localizam nas proximidades da antiga Companhia Siderúrgica Tubarão (CST) hoje Arcelor Mittal Tubarão, onde se tem um alto índice de prostituição.

Tabela 3: População residente por sexo, segundo a condição no domicílio e compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio – Serra (ES), 2010

Condição no domicílio e o compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio	Total	Sexo			
		Homens	%	Mulheres	%
Pessoa responsável	127.988	82.238	64,3	45.750	35,7
Pessoa responsável - com responsabilidade compartilhada	35.442	23.264	65,6	12.178	34,4
Pessoa responsável - sem responsabilidade compartilhada	92.475	58.929	63,7	33.546	36,3
Cônjuge ou companheiro(a)	85.478	17.229	20,2	68.249	79,8
Cônjuge ou companheiro(a) - de sexo diferente	85.314	17.169	20,1	68.145	79,9
Cônjuge ou companheiro(a) - de mesmo sexo	164	60	36,6	104	63,4
Filho(a)	146.898	76.819	52,3	70.079	47,7
Filho(a) - da pessoa responsável e do cônjuge	97.286	50.887	52,3	46.399	47,7
Filho(a) - somente da pessoa responsável	49.612	25.932	52,3	23.680	47,7
Enteado(a)	10.449	5.506	52,7	4.943	47,3
Genro ou nora	4.147	2.060	49,7	2.087	50,3
Pai, mãe, padastro ou madrasta	5.065	1.411	27,9	3.654	72,1
Sogro(a)	1.325	323	24,4	1.002	75,6
Neto(a)	16.128	8.402	52,1	7.726	47,9
Bisneto(a)	305	136	44,6	169	55,4
Irmão ou irmã	6.568	3.661	55,7	2.907	44,3
Avô ou avó	162	35	21,6	127	78,4
Outro parente	8.422	4.573	54,3	3.849	45,7
Agregado(a)	1.002	507	50,6	495	49,4
Convivente	2.752	1.719	62,5	1.033	37,5
Pensionista	140	84	60,0	56	40,0
Empregado(a) doméstico(a)	160	26	16,3	134	83,8
Parente do(a) empregado(a) doméstico(a)	8	6	75,0	2	25,0
Individual em domicílio coletivo	896	789	88,1	107	11,9
<b>Total</b>	<b>417.893</b>	<b>205.524</b>	<b>49,2</b>	<b>212.369</b>	<b>50,8</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Dados do Universo.

Elaboração: PMS/SEPLAE/DAE – Fev/2014b.

Já no que diz respeito à Assistência Social mais especificamente a PSB o município conta com nove CRAS distribuídos ao longo do município em localidades onde se tem maior índice de vulnerabilidade e risco social.

Como é perceptível nos noticiários o município da Serra tem um alto índice de criminalidade e homicídios. Desta forma de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais a maioria dos CRAS do município são instalados em áreas pauperizadas, onde a violência, a criminalidade, o tráfico ilícito de entorpecentes são comumente vivenciados na comunidade.



Conforme descrito na própria política, são nesses locais que devem ocorrer à implantação do serviço, possibilitando ao cidadão romper com a condição de absoluta subalternidade e miséria social e econômica.

Desta forma, é perceptível nestas comunidades grandes índices de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, com poucos recursos públicos destinados à superação de tais vulnerabilidades.

Para atender essas famílias o município conta com projetos e programas que visam à emancipação dos sujeitos que são atendidos no serviço. O projeto que mais se destaca no município é o Projovem Adolescente que “tem como objetivo complementar a PSB à família, estabelecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária, além de criar condições para inserção, reintegração e permanência do jovem no sistema educacional” (SERRA, 2011 p. 20).

O Projovem Adolescente é desenvolvido dentro dos CRAS o público alvo são adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos beneficiários do PBF e que se encontram em conformidade com as condicionalidades do programa. O projeto desenvolve ações socioeducativas e oficinas temáticas com os adolescentes (SERRA,2011).

Quadro 1 - Territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social – Serra (ES)

CRAS	Território de abrangência	
Jardim Carapina	Original	Jardim Carapina e Boa Vista II
	Estendido	Bairro de Fátima; Conjunto Carapina I; Eurico Salles; Hélio Ferraz; Manoel Plaza e Rosário de Fátima
Jacaraípe	Original	Bairro das Laranjeiras; Conjunto Jacaraípe; Praia de Capuba; Praia da Baleia; Castelândia; Costa Dourada; Costabela; Enseada de Jacaraípe; Estância Monazítica; Jardim Atlântico; Lagoa Jacaraípe; Parque Jacaraípe; Portal de Jacaraípe; Residencial Jacaraípe; São Francisco; São Patrício e São Pedro
	Estendido	Boa Vista I; Marbela, Nova Almeida Centro; Parque das Gaivotas; Parque Santa Fé; Parque Residencial Nova Almeida; Praiamar; Reis Magos; São João; Serramar e Bairro Novo
Jardim Tropical	Original	Cantinho do Céu; Jardim Tropical; José de Anchieta I, II e III; Laranjeiras Velha; Planalto de Carapina; Residencial Vista do Mestre e Solar de Anchieta
	Estendido	André Carloni; Carapina Grande; Central Carapina; Diamantina, Santa Luzia e TIMS
Laranjeiras	Original	Barcelona; Parque Residencial Laranjeiras; Colina de Laranjeiras; Taquara I e II e Valparaíso

	Estendido	Barro Branco; Camará; Chácara Parreiral; Guaraciaba; Jardim Limoeiro; Parque Residencial Mestre Álvaro; Morada de Laranjeiras; Nova Carapina I e II e Pitanga
Novo Horizonte	Original	Balneário de Carapebus; Lagoa de Carapebus; Bicanga; Cidade Continental; Novo Horizonte e São Diogo I e II
	Estendido	Praia de Carapebus e São Geraldo
Serra Dourada	Original	Eldorado; Maringá; Mata da Serra; Parque Residencial Tubarão; Planície da Serra; Porto Canoa e Serra Dourada I, II e III e Santa Rita de Cassia
	Estendido	Cidade Pomar; Civit I; Novo Porto Canoa
Serra Sede	Original	Caçaroça; Continental; Jardim da Serra; Jardim Guanabara; Jardim Primavera; Santo Antônio; São Domingos e Serra Centro
	Estendido	Belvedere; Centro da Serra; Cidade Nova da Serra; Colina da Serra; Divinópolis; Cascata; Jardim Bela Vista; Nossa Senhora da Conceição; São Judas Tadeu; São Lourenço; São Marcos I e II; Maria Niobe e Palmeiras
Vila Novas de Colares	Original	Alterozas; Feu Rosa; Manguinhos; Nova Zelândia; Vila Nova de Colares; Ourimar;
	Estendido	Civit II e Boulevard Lagoa.
Planalto Serrano	Original	Campinho da Serra I e II; Planalto Serrano A, B e C e Vista da Serra I e II.

Fonte:PMS/SEMAS

Elaboração:PMS/SEPLAE/DAE - Jul/2014c.

Desta forma, como pode ser visualizado na (Quadro 1), as regiões de atendimento dos CRAS tem uma grande proporção de bairros, sendo regiões de alta periculosidade como Jacaraípe, Jardim Carapina, Jardim Tropical, Novo Horizonte, etc., essas regiões são compostas por bairros onde se tem índice de criminalidade que é comumente noticiada pela mídia, também são áreas pauperizadas que apresentam elevados números de vulnerabilidade e risco social.

Os CRAS do município da Serra são divididos em macrorregiões (Quadro 1), ou seja, atende uma grande quantidade de bairros, isto acaba precarizando as condições de atendimento do serviço, que apresentam grande quantidade de demandas que muita das vezes não tem um real acompanhamento familiar devido ao grande número de atendimentos que os técnicos tem que realizar durante o mês.

Tabela 4: Atendimentos nos Centros de Referência da Assistência Social – Serra (ES), 2013

CRAS	População referenciada	Famílias cadastradas	Famílias atendidas no PAIF <sup>1</sup>
Jacaraípe	54.239	5.300	1.811
Jardim Carapina	34.688	3.574	2.996
Jardim Tropical	59.508	3.212	2.272
Laranjeiras	70.637	2.697	1.566
Novo Horizonte	41.392	5.041	2.588
Planalto Serrano	27.762	5.744	2.114
Serra Dourada	37.963	4.019	2.172
Serra Sede	50.981	2.725	2.365
Vila Nova de Colares	40.723	4.398	1.405

Fonte: PMS/SEMAS

Elaboração: PMS/SEPLAE/DAE, ago/2014d.

<sup>1</sup> O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF é o principal serviço desenvolvido nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS. Consiste em um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos e promovendo o acesso e usufruto de direitos, articulado à rede de proteção social local.

Além do alto índice atendimentos no PAIF, o CadÚnico também apresenta elevado número de atendimentos como pode ser visualizado na tabela 6 que apresenta a quantidade de atendimentos do CadÚnico no mês de janeiro de 2014.

Tabela 5: Número de pessoas e famílias cadastradas no Cadastro Único por faixa de renda – Serra (ES), jan/2014

Faixa de renda	Nº de Pessoas	Nº de Famílias
Renda per capita mensal de até 1/2 SM	132.147	39.108
Renda per capita mensal de até 140,00	101.563	29.332
Renda per capita mensal entre 70,01 e 140,00	48.496	13.257
Renda per capita mensal de até 70,00	53.067	16.075
Renda per capita mensal abaixo de 70,00	12.323	
<b>Total cadastradas</b>	<b>140.283</b>	<b>43.447</b>

Fonte: Relatório de informações sociais/MDS/SAGI - mês referência: 01/2014e

Elaboração: PMS/SEPLAE/DAE - Fev/2014e.

Desta forma a maioria das famílias cadastradas no CadÚnico são por conta do PBF, essas famílias realizam o CadÚnico para se inserir no programa ou para continuar

fazendo jus ao mesmo. Como supracitado acima o PBF é dividido por benefícios e no mês de fevereiro 2014 no município da Serra assim foram concedidos (Tabela7).

Tabela 6: Benefícios do programa Bolsa Família concedidos por tipo – Serra (ES), fev/2014

Tipo de benefício	Quant.
Benefício Básico	17.591
Benefício Variável	38.099
Benefício Variável Jovem – BVJ	3.422
Benefício Variável Nutriz – BVN <sup>1</sup>	280
Benefício Variável Gestante – BVG <sup>2</sup>	627
Benefício de Superação da Extrema Pobreza – BSP <sup>3</sup>	4.177

Fonte: Relatório de informações sociais/MDS/SAGI - mês de referência: 02/2014f.

Elaboração: PMS/SEPLAE/DAE

Notas:

<sup>1</sup> Concedido às famílias pobres e extremamente pobres que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição.

<sup>2</sup> Concedido às famílias pobres e extremamente pobres que tenham gestantes entre 14 e 44 anos em sua composição.

<sup>3</sup> Concedido às famílias que, mesmo recebendo outros benefícios do PBF, continuam em situação de pobreza extrema.

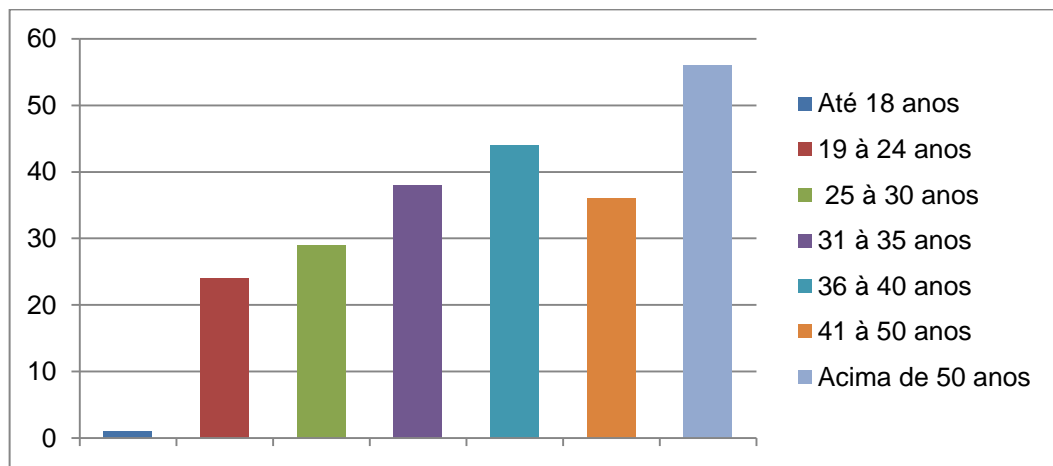
Sendo assim, o município da Serra é bastante populoso, onde 35,7% dos domicílios são chefiados por mulheres sendo um quantitativo relevante em relação ao número de homens que chefiam seus lares que é de 64,3%. Este dado também e de grande significância nos atendimentos realizados no campo da pesquisa neste caso o CRAS de Laranjeiras, onde a partir da percepção do grande número de mulheres que chefiam seus lares foi realizado um levantamento entre os meses de outubro e novembro de 2013 sobre o perfil dessas famílias.

#### 4.2 PERFIL DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS DE CHEFIA FEMININA ATENDIDAS NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – LARANJEIRAS

A pesquisa foi realizada a partir da análise descritiva dos dados disponibilizados pela instituição, para atender o objetivo do estudo que é traçar o perfil destas famílias de chefia feminina referenciadas no CRAS de Laranjeiras/ Serra.

Desta forma, no que se refere à idade da provedora (Gráfico 01), observamos que a maioria das mulheres referenciadas tem idade entre 25 a 40 anos representando 48,7% da amostra. No entanto, também pode se perceber que 24,6% são mulheres acima de 50 anos, que estão em idade pouco buscada para diversas atividades econômicas, mas que ainda assim, e detém a responsabilidade de prover seu lar. Desta forma, para proverem as necessidades fundamentais da família e desligadas do mercado formal de trabalho, em função da idade, escolarização e ausência de capacitação profissional, grande número de sujeitos realiza “bicos” para garantir o sustento de sua família ou apenas de si própria.

Gráfico 01 – Idade da Provedora



Fonte: Elaboração Própria

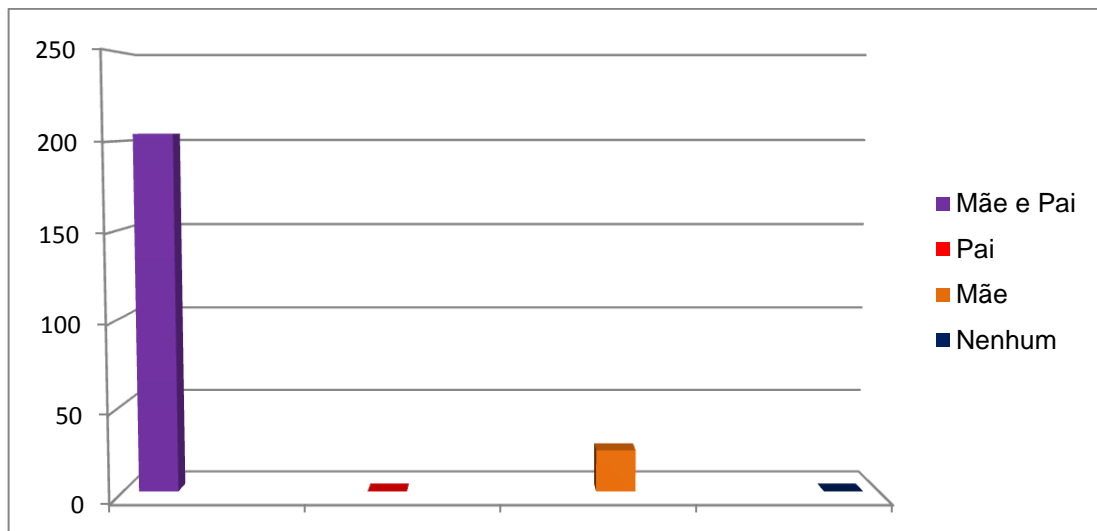
Já no que diz respeito ao registro civil da provedora (Gráfico 02) 89,5% apresentaram registro de pai e mãe, apenas 10,5% possuem no registro civil apenas a designação da maternidade.

No tocante ao registro dos filhos das provedoras, não aparece à informação detalhada da existência ou não da paternidade registral. Durante o período de

observação enquanto estagiária do serviço pode ser identificado que há uma fragilidade no preenchimento do cadastro da família, onde alguns dados não são solicitados ao usuário, e portanto carecem de registro e confiabilidade. Assim, não foi possível obter este dado (registro civil) em relação aos filhos das provedoras pesquisadas.

Somado à precariedade no registro dos dados, pelo fato da política atualmente trazer a matricialidade sociofamiliar, ocorre pouca atenção para as informações paternas e seu registro documental.

Gráfico 02 – Registro Civil da Provedora

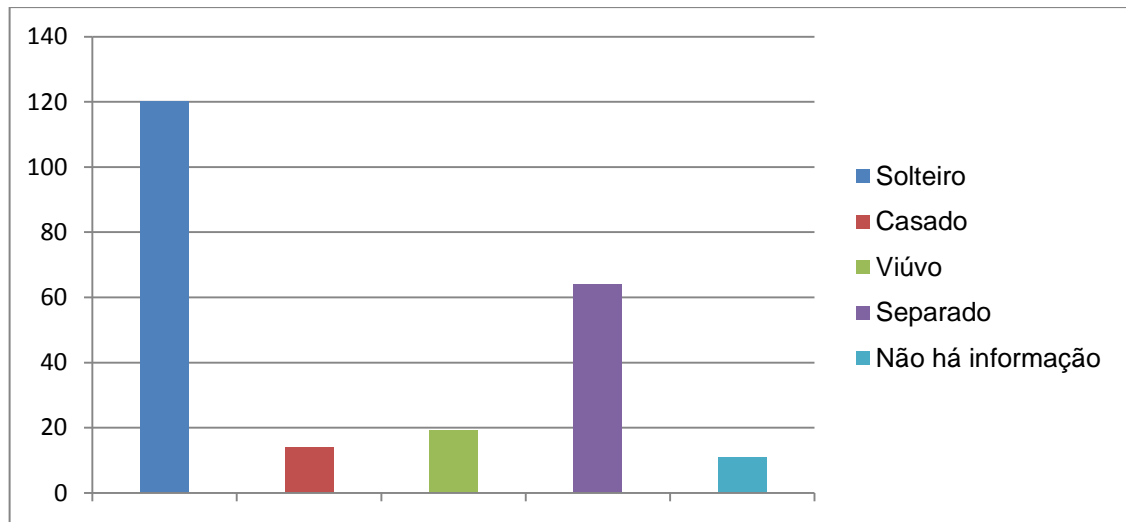


Fonte: Elaboração Própria.

No que tange ao estado civil da provedora (Gráfico 03) foi possível observamos que o maior contingente de mulheres se declara solteira representando 52,6% da amostra e separadas 28,1%. Sendo assim este dado evidencia que muitas dessas mulheres vivem uma família independentemente do casamento formal. Com esses novos enlaces conjugais e mesmo a ausência de companheiro, são estabelecidos e fortalecidos novos arranjos familiares, onde mulheres chefiam seus lares nas chamadas famílias monoparentais, até recente ignoradas pela legislação e recusadas como “organização familiar positiva” e suficientemente capaz de prover os elementos necessários ao pleno desenvolvimento de seus membros.

Como evidenciado acima 28,1% dessas mulheres buscaram a legalização civil com a dissolução do casamento com o divórcio. Em contrapartida 6,1% se declararam casadas, ainda não buscaram regularizar seu estado civil.

Gráfico 03 – Estado Civil da Provedora

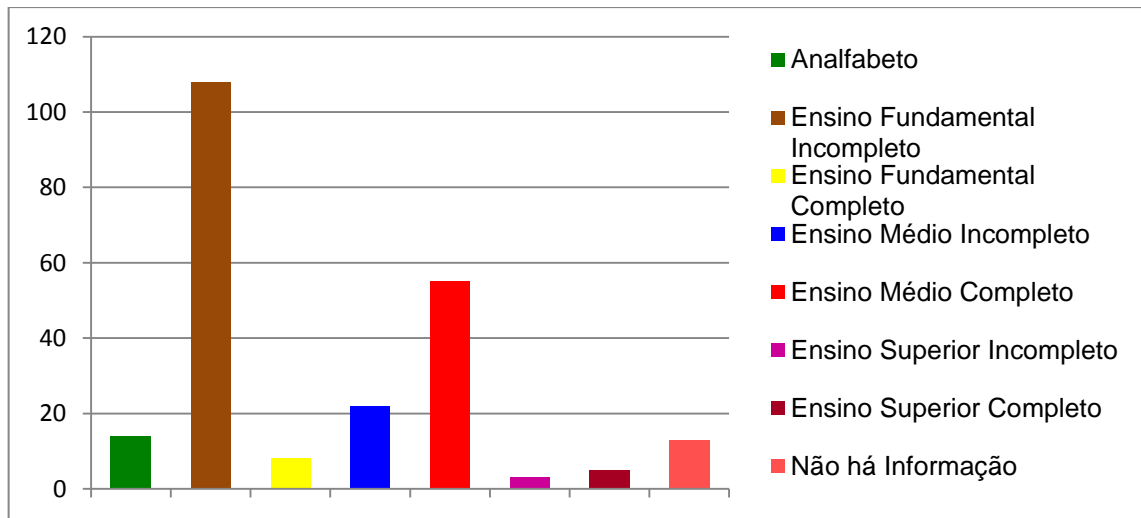


Fonte: Elaboração Própria

No âmbito da educação (Gráfico 04) a maioria das mulheres responsáveis por seus lares apresentaram baixa escolaridade, onde 47,4% não possui o Ensino Fundamental Completo, este dado acaba refletindo na atividade laboral exercida por essas mulheres que devido à falta de escolarização são submetidas a trabalhos subalternos sem vínculo empregatício.

Deste modo, diante do item supracitado acima a escolaridade pode ser um fator que influencia na atividade laboral exercida pela provedora (Gráfico 05), onde os dados revelam que 47,4% dessas mulheres não possuem o Ensino Fundamental Completo, não dando sustentação para o exercício de atividades laborais mais complexas. Deste modo, 32,9% desenvolvem atividade laboral sem vínculo empregatício sem estabilidade e não são contribuintes da previdência. Essas mulheres realizam faxinas ou “bicos” para manter o sustento de sua família, onde se sujeitam a serviços precarizados, e com condições de trabalho insatisfatórias ocorrendo à exploração exacerbada do sujeito.

Gráfico 04 – Escolaridade da Provedora



Fonte: Elaboração Própria

Conforme Antunes (1999), com processo de reestruturação produtiva a classe trabalhadora fragmentou-se, criando em escala minoritária o trabalhador “polivalente e multifuncional”, em contrapartida do outro lado se tem a massa de trabalhadores desqualificados, vivenciando o emprego temporário e o desemprego estrutural.

O autor ainda destaca que com as modificações ocorridas no processo produtivo e a flexibilização das relações de trabalho ocorrendo à exploração do trabalhador, ocasionando “uma classe trabalhadora dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e adultos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc.” (ANTUNES, 1999, p. 25).

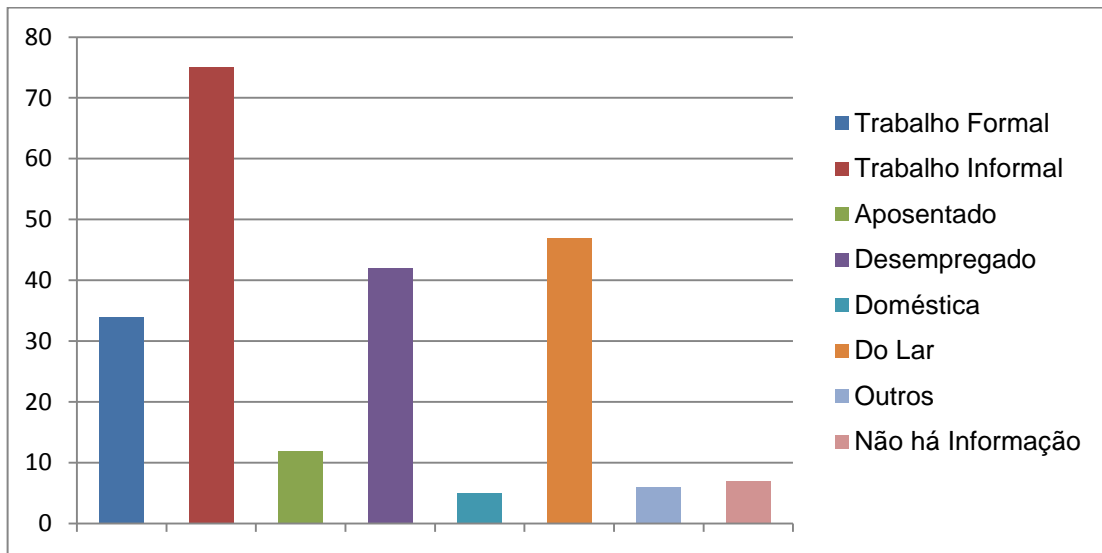
Diante de tal quadro, sabe-se que muitas pessoas estão absolutamente alijadas do mercado formal de trabalho, podendo ser chamados do antigo “exército industrial de reserva”, o que implica em uma lógica capital, de controle do trabalhador pela própria falta de espaço de trabalho.

Para as mulheres chefes de família, tal lógica é igualmente presente, pois ocupam o lugar definido como do trabalhador que para manter as condições mínimas de sobrevivência, necessitam da venda da força de trabalho, que pela própria exploração vivida anteriormente, não conseguiu uma qualificação condizente à concorrência com altos postos de comando, carecendo, mesmo quando empregada formalmente de condições seguras e estáveis para a manutenção pessoal e de sua



família, partindo para a necessidade de inclusão na rede de serviço sócio assistencial.

Gráfico 05 – Atividade Laboral da Provedora

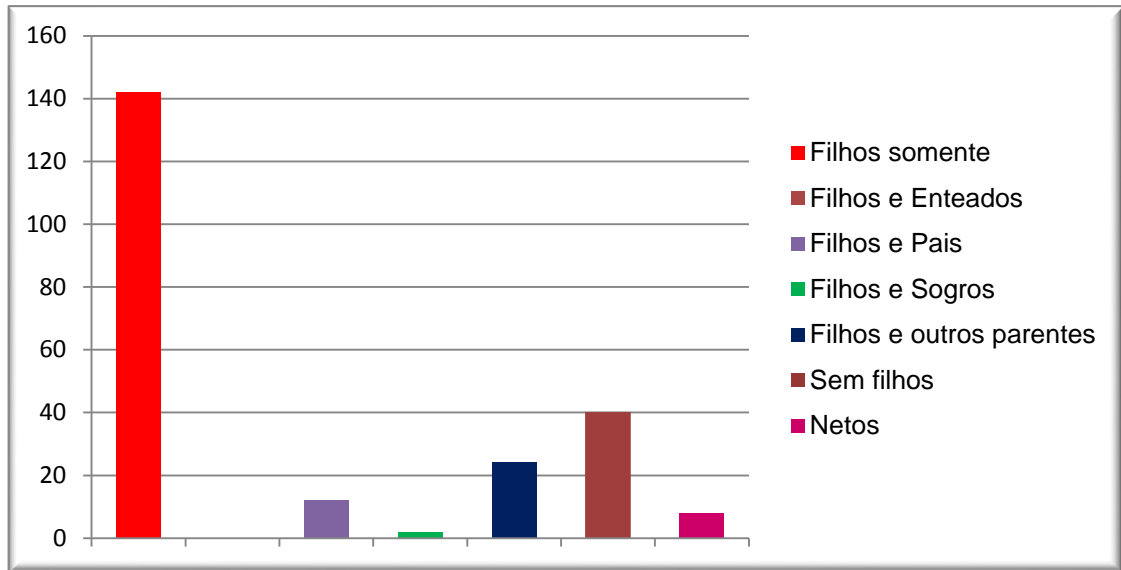


Fonte: Elaboração Própria

Já no que diz respeito à composição familiar (Gráfico 06) 62,3% dessas mulheres convivem somente com seus filhos, sendo que 59,2% deste total são menores (Gráfico 07), o grande número de crianças que compõem essas famílias pode ser outro fator dessas mulheres não desejarem ter um vínculo empregatício formal, pelo fato de não ter com quem deixar as crianças para trabalhar, sendo assim desempenhar atividade laboral informal é uma forma de conciliar a sua responsabilidade de mãe e provedora do sustento de sua família.

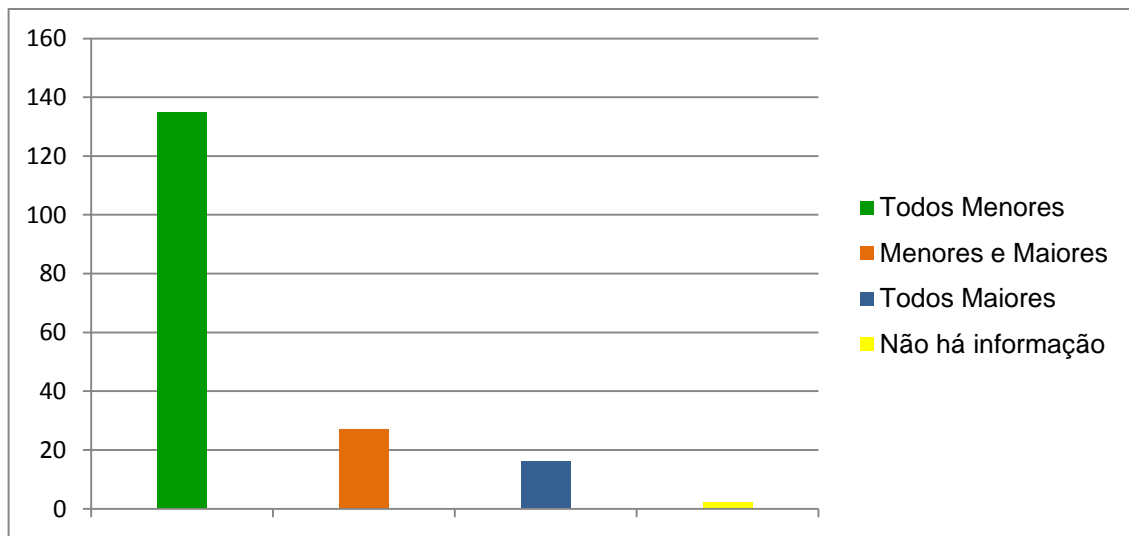
Outro dado que se destaca neste item é o percentual de 17,5% dessas mulheres não residirem com filhos, ou porque residem com outros parentes e ou sozinhas, este dado releva que as mulheres estão mais independentes, podendo optar ou não por ter filhos, família, ocupando lugares que antigamente era somente destinado aos homens.

Gráfico 06 – Composição Familiar



Fonte: Elaboração Própria.

Gráfico 07 – Idade dos Filhos



Fonte: Elaboração Própria

Já em relação à renda familiar (Gráfico 08) 41,2% das famílias analisadas apresentaram renda mensal inferior a 1 salário mínimo e 19,3% apresentam renda de 1 salário mínimo, sendo assim em média essas famílias tem renda mensal entre R\$ 200,00 à R\$ 724,00 por mês, por vez essa renda familiar mensal não supri totalmente as necessidades básicas dessas famílias.

Sendo assim, a renda mensal já não é suficiente para custear a alimentação já que a cesta básica da grande vitória é uma das mais altas do país. De acordo com

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) de janeiro a setembro de 2014 o valor da cesta básica (Tabela 03) apresentou variações entre R\$ 327,13 à R\$ 352,76, desta forma o gasto com alimentação compromete grande parte da renda mensal familiar.

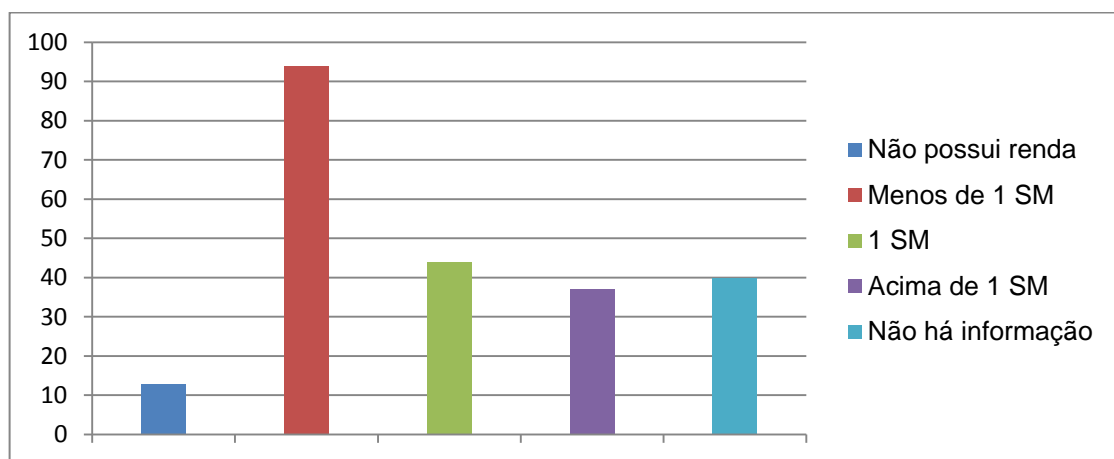
Tabela 7 – Valor da Cesta Básica- Vitória

Gasto Mensal - Vitória	
	Total da Cesta
01-2014	327,13
02-2014	328,43
03-2014	343,70
04-2014	351,27
05-2014	352,76
06-2014	345,98
07-2014	330,71
08-2014	329,13
09-2014	328,33
10-2014	-

Fonte: DIEESE

Sendo assim, o rendimento mensal dessas famílias não possibilita a garantia das necessidades básicas como: lazer, cultura, alimentação, saúde etc. De acordo com Pereira (2011), a concepção de garantia dos mínimos sociais introduzidos pela LOAS no campo da políticas sociais, corresponde a garantia das necessidades básicas a serem satisfeitas pelas políticas sociais. No entanto, não se tem uma efetiva garantia desses direitos, onde famílias mal consegue prover o mínimo para sua sobrevivência.

Gráfico 08 – Renda Mensal

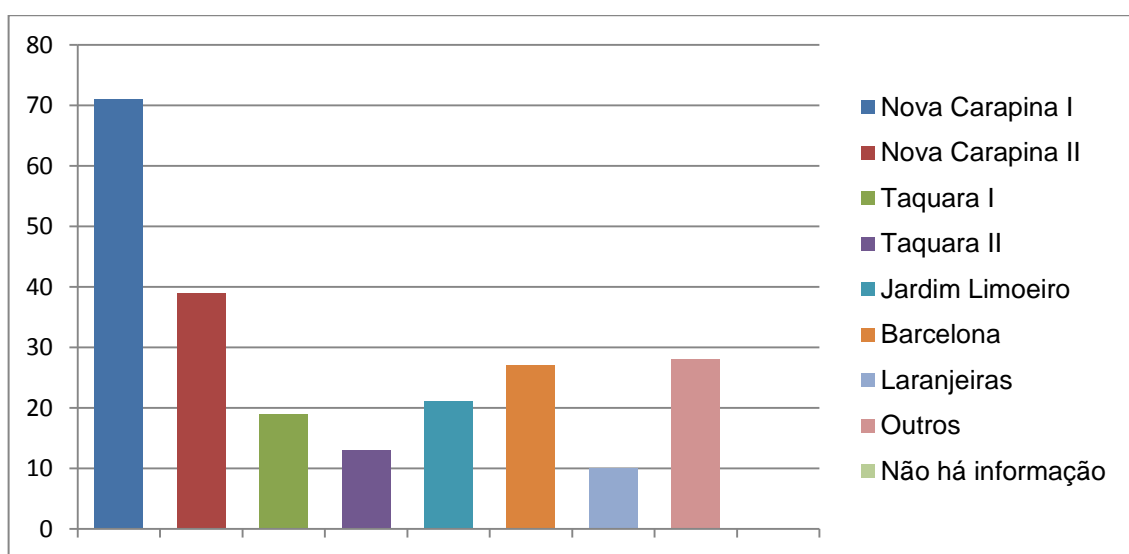


Fonte: Elaboração Própria.

Já no que diz respeito ao bairro de residência (Gráfico 09) dessas famílias os dados revelam que 48,2% residem nos bairros Nova Carapina I e II, sendo quase metade da amostra da pesquisa, estes bairros apresentam um grande quantitativo pelo fato de serem dois bairros bastante populosos é que mais demandam atendimento no CRAS. Apesar desses bairros fazerem parte do território do CRAS de Laranjeiras estes bairros são longínquos, mas devido a mobilidade urbana o CRAS que é de mais fácil acessibilidade para essas famílias é o de Laranjeiras devido ser localizado próximo ao terminal. Esses bairros tem alto índice de criminalidade, violência, tráfico de entorpecentes, homicídios, essas famílias residem em áreas de risco em muita das vezes em locais invadidos que são bastante pauperizados, onde as crianças crescem em meio a vivencia do tráfico de drogas e em alguns casos acabam se envolvendo neste meio ilícito.

Já os bairros Taquara I e II apresentam 14%, das famílias referenciadas da amostra são bairros com características semelhantes à Nova Carapina I e II, se tem um alto índice de criminalidade, tráfico ilícito de drogas é uma região pauperizada. Já os outros bairros da amostra representam 37,7% são regiões um pouco mais distinta dos dois bairros acima, são considerados bairros de “classe média”, onde não se tem as características dos outros dois bairros analisados tão evidenciadas pela mídia.

Gráfico 09 – Bairro de Residência



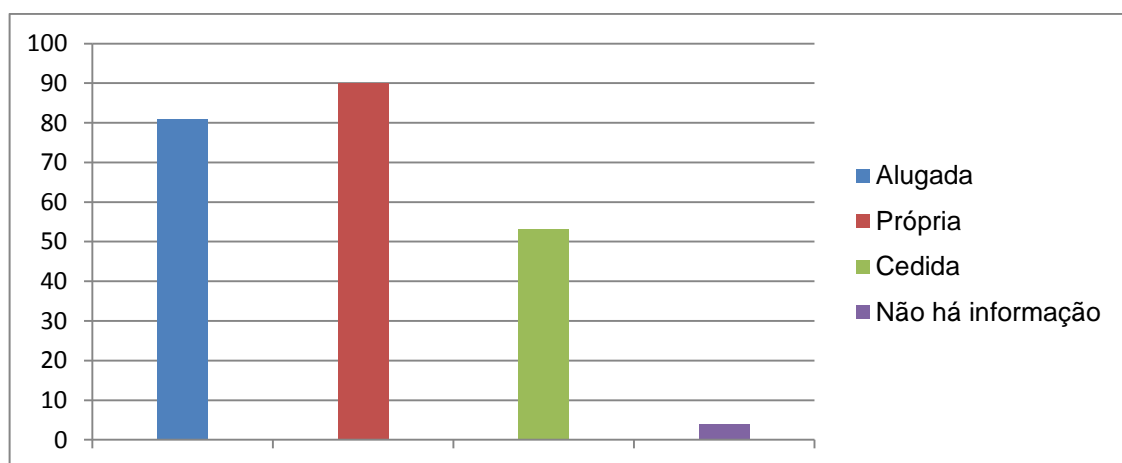
Fonte: Elaboração Própria.

Já em relação à situação do domicílio (Gráfico 10), a maioria das famílias residem em casas próprias 39,5%, no entanto com o percentual bem aproximado 35,5% residem em casas alugadas e 23,2% em casas cedidas. O fato da maioria das famílias possuírem residência própria não significa que elas possuem documentação do imóvel ocasionando a posse de fato, esta residência pode também ser advinda de invasão do terreno, onde são erguidas em péssimas condições de habitação. Outra condição dessas famílias possuírem a residência própria e o fato de 9,2% fazerem jus ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) (Gráfico 15).

O Programa Minha Casa Minha Vida é desenvolvido pelo “Ministério das Cidades e operacionalizado pela CAIXA, que consiste em aquisição de terreno e construção ou requalificação de imóveis contratados que depois de concluídos são alienados às famílias que possuem renda familiar mensal de até R\$ 1600,00”. As famílias beneficiárias do programa são selecionadas pelo Município e ou pelo Estado/Distrito Federal, enquanto a abrangência do programa o mesmo prevê a contratação de empreendimentos em todos os municípios do país (BRASIL, 2013).

Conforme Rodrigues (1988), a obtenção de casa própria pode ser fruto da autoconstrução, onde se tem a ajuda de familiares, vizinhos para a construção do imóvel desta forma em muitos casos o proprietário tem o direito sobre o imóvel e não sobre o terreno que foi invadido. Outra questão destacada pela autora é o alto índice de pessoas que residem de aluguel, pelo fato dos baixos salários que não possibilitam a conquista de uma residência própria, deste modo o aluguel pode comprometer até metade da renda mensal familiar.

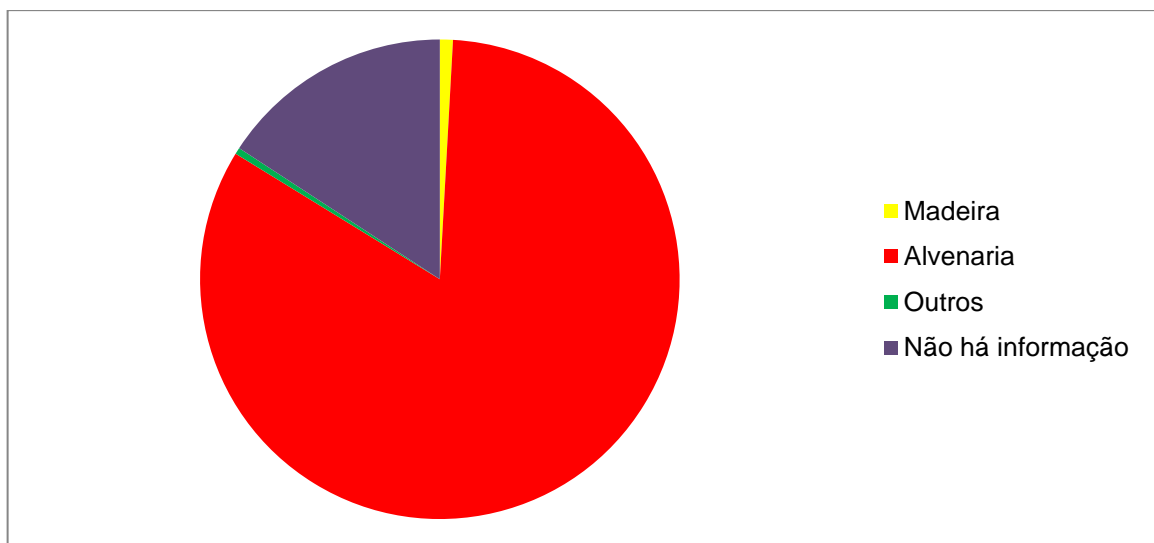
Gráfico 10 – Situação do Domicílio



Fonte: Elaboração Própria

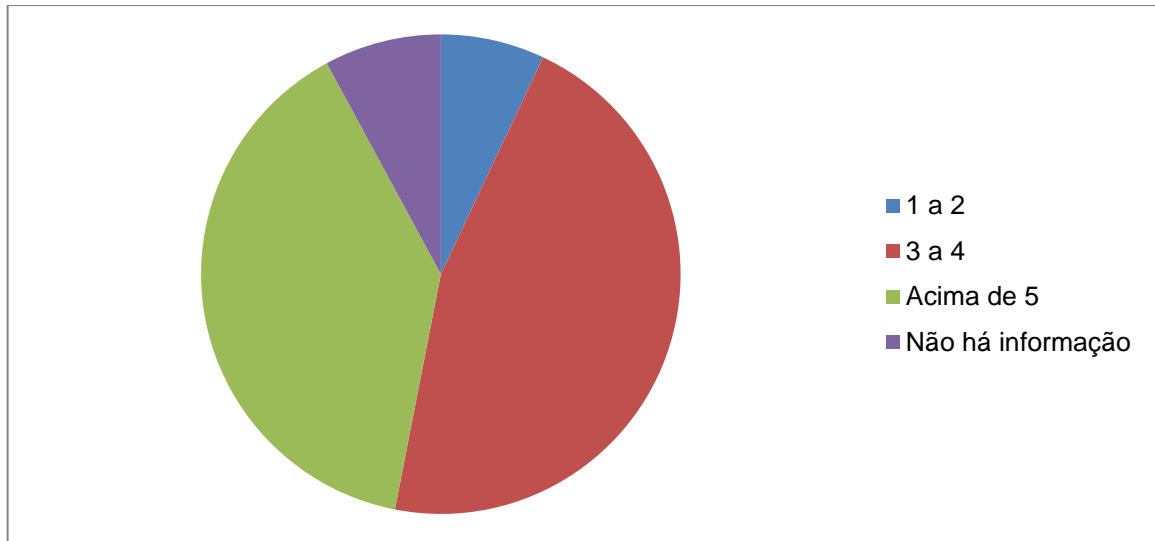
O tipo de construção (Gráfico 11) predominante nessas residências é a alvenaria 82,9% da amostra, enquanto a de madeira representa 0,9%. Este dado revela que a mística em relação à precarização habitacional ligada à moradia de madeira, não se adota em dias atuais por mais que a maioria das residências sejam de alvenaria as condições em que essas são construídas e de extrema precarização não possuindo reboco, acabamentos, piso estes fatores ocasionam em infiltrações, rachaduras que tornam a estrutura do domicílio ainda mais precarizada, além de algumas serem localizadas em área de risco. Os dados revelam que em relação ao número de cômodos (Gráfico 12), 46,1% das casas possuem de 3 a 4, sendo um número pequeno de cômodos para famílias que em média são compostas por quatro pessoas, enquanto estagiária da instituição pode presenciar residência compostas por um quarto, um banheiro, uma cozinha e uma sala onde a sala foi readequada para ser o dormitório das crianças, para se ter o mínimo de privacidade dentro da residência.

Gráfico 11 – Tipo de Construção



Fonte: Elaboração Própria.

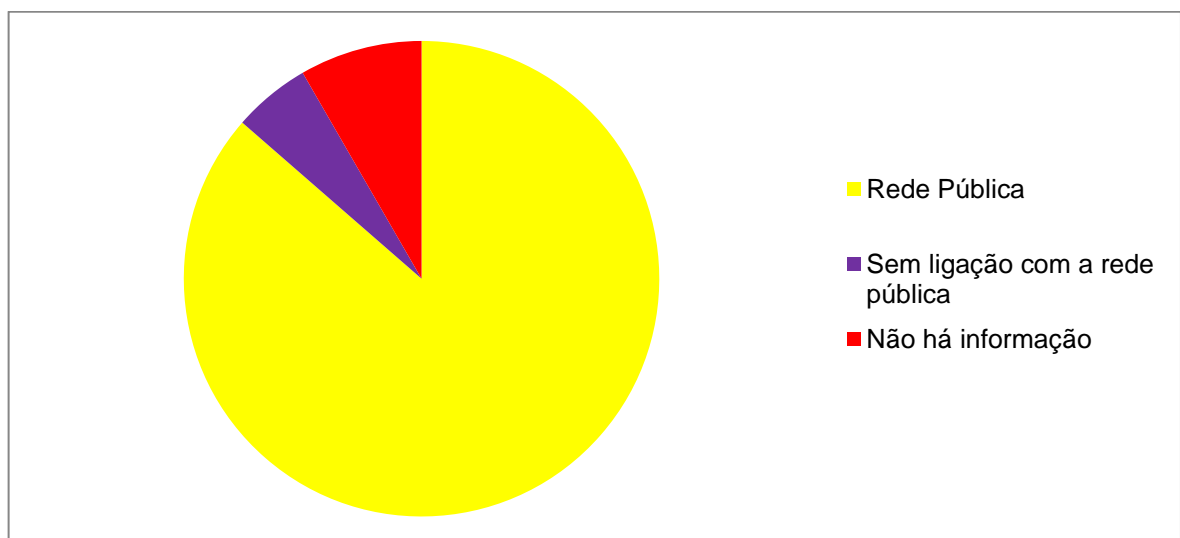
Gráfico 12 – Número de Cômodos



Fonte: Elaboração Própria

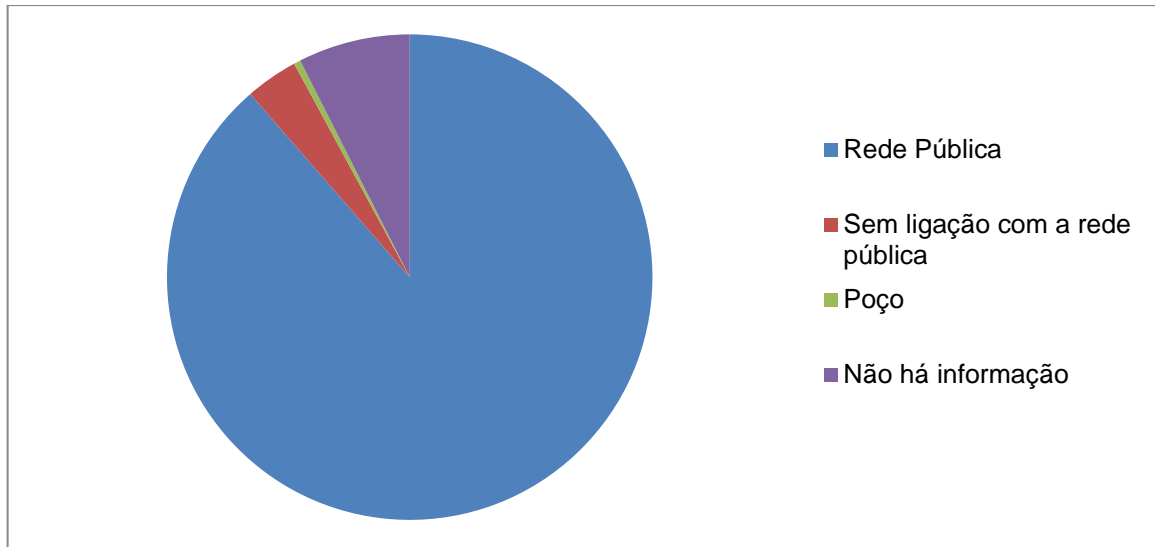
Já em relação ao tipo de iluminação (Gráfico 13) e o tipo de abastecimento de água (Gráfico 14) os dados são semelhantes à maioria das residências tem ligação com a rede pública de abastecimento dos mesmos possuindo os medidores. Deste modo, essas famílias como uma forma de driblar os altos custos do fornecimento de energia e água fazem o compartilhamento desses medidores, já que muitas convivem dentro do mesmo terreno ou muito próximo um do outro, e no final do mês a conta é dividida igualmente entre eles. Vale ressaltar que algumas das famílias da amostra fazem o uso clandestino desses serviços.

Gráfico 13 – Tipo de Iluminação



Fonte: Elaboração Própria.

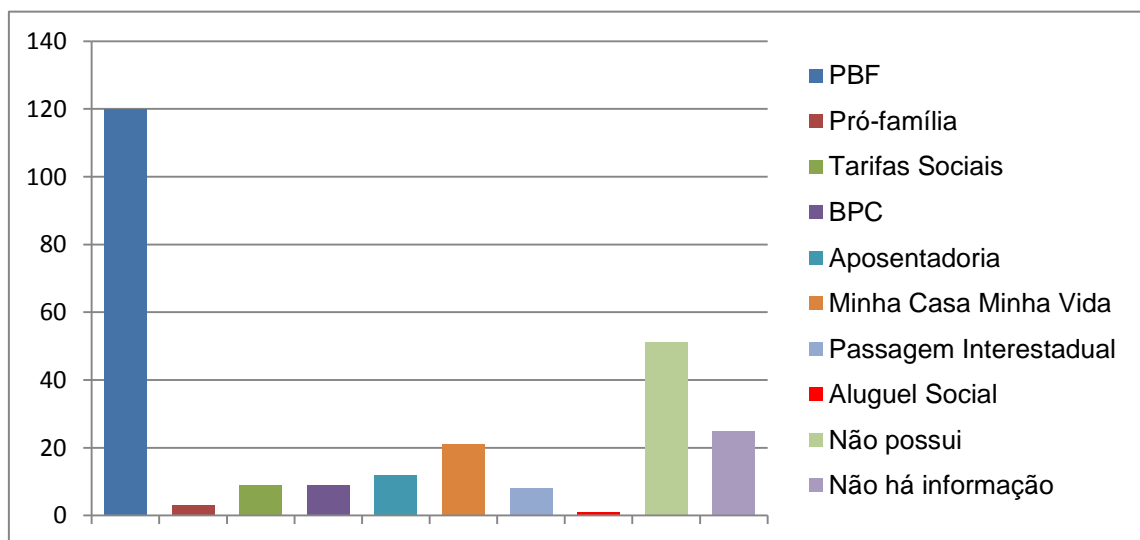
Gráfico 14 – Tipo de Abastecimento de Água



Fonte: Elaboração Própria.

Já no que diz respeito aos programas sociais e ou direitos sociais (Gráfico 15), o programa que apresentou maior percentual foi o PBF 52,6%, seguido pelo Minha Casa Minha Vida 9,2%. Sendo assim, o fato da maioria dessas famílias serem beneficiárias do PBF é resultado da baixa remuneração mensal dessas famílias devido às precárias condições de trabalho onde se tem a exploração acentuada do sujeito e baixa remuneração da mão de obra. Portanto, esse fator resulta na inserção dessas famílias nos programas de transferência direta de renda, para complementação da renda mensal familiar.

Gráfico 15 – Programas Sociais e ou Direito Sociais



Fonte: Elaboração Própria.



Os Programas de Transferência de renda são “[...] aqueles destinados a efetuar uma transferência monetária, independentemente de prévia contribuição, a famílias pobres, assim consideradas a partir de um determinado corte de renda *per capita* familiar [...]” (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p. 131).

Esses programas apresentam um recorte de renda bem baixo destinado a famílias que se encontram na linha da pobreza, apresentando características da seletividade e garantidora dos mínimos sociais. Desta forma muitas famílias não conseguem ser beneficiadas por algum programa de transferência de renda, pelo fato da sua renda *per capita* não se encaixar nos critérios dos programas, sendo bem restritivo não podendo ultrapassar qualquer quantia do valor de recorte de renda do programa.

Portanto, em geral podemos afirmar que de acordo com a análise dos dados estatísticos as famílias vivenciam as mazelas impostas pelo capitalismo, influenciando de forma direta nas condições de sobrevivência do sujeito, não obtendo a garantia dos mínimos sociais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso proporcionou o debate teórico sobre o tema família enfatizando a família monoparental de chefia feminina, além da identificação a partir de um CRAS da realidade concreta de tais famílias, possibilitando conhecer um pouco mais a realidade vivenciada por essas mulheres.

O tema família sempre foi permeado por um contexto complexo, pelo fato de se ter uma ideia autoconstruída de que a mulher é submissa ao homem havendo uma desigualdade de gêneros, com justificativas sócio jurídicas, largamente difundidas e hoje debatidas, na tentativa de sua desconstrução. Atualmente não é possível obter um conceito unívoco da estrutura familiar, visto a existência de diferentes arranjos familiares.

Ao longo da história o “modelo familiar” visto como ideal é o da família nuclear burguesa composta por pai, mãe filhos, onde a figura paterna é o único responsável por prover o sustento de seu lar, e a mulher era responsável pelos serviços domésticos e pelo cuidado dos filhos. A estrutura familiar que não se assemelha a essa são socialmente consideradas “desestruturadas” e “incompletas”.

No entanto, algumas mudanças ocorridas na sociedade contribuíram para a desmitificação da existência de somente um modelo tido como ideal. A inserção da mulher no mercado foi um ponto de extrema importância no âmbito familiar, agora o homem não é o único provedor de sua família, a mulher agora contribui no orçamento mensal da família. Além da descoberta dos meios contraceptivos, inseminação artificial e inseminação *in vitro* que possibilitou a mulher ter autonomia sobre sua sexualidade, influenciando na estrutura familiar.

A mulher durante longo período de tempo foi discriminada socialmente seu papel estereotipado como inferior aos homens. Nesse sentido, surge o movimento feminista que lutava pela igualdade de gêneros, pela garantia dos direitos fundamentais das mulheres, o movimento não tinha característica de que as mulheres se assemelhassem aos homens, mas sim contra o machismo e o sexismo. Lutavam por uma sociedade mais igualitária no que diz respeito às relações de gênero.

No Brasil as mudanças ocorridas no núcleo familiar foram regulamentadas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que reconhece como instituição familiar àquela composta por um de seus genitores e seus filhos, bem como os outros arranjos familiares. Sendo assim, a Carta Magna de 1988 desmitifica o papel do homem como único provedor de sua família reconhecendo a mulher também como detentora do sustento do seu lar e igualmente responsável pela administração e autoridade no núcleo familiar.

Esse novo arranjo familiar composto por apenas um genitor é o que se denomina de família monoparental. Nesta a figura feminina ou masculina é responsável pelos filhos e provém o sustento de seu lar, sendo decorrente do divórcio, morte de um dos genitores e ou por escolha.

Na atualidade, observa-se que na organização da família monoparental, a que mais se destaca é o da família monoparental de chefia feminina, inferindo-se que tal condição é proporcionada pelo elemento sócio histórico de que a mulher é sempre a cuidadora dos filhos em um processo de separação conjugal, ou no caso de uma filiação fora do casamento.

A pesquisa desenvolvida demonstra que a maioria das mulheres se declararam solteiras, apresentando o maior percentual de idade entre 25 a 40 anos, residem com filhos em sua maioria menores.

Os dados também revelaram que a maioria dessas mulheres possuem baixa escolaridade, dessa forma ocupam lugares informais do mercado de trabalho vivenciando as desigualdades da lógica capitalista onde pessoas com pouca ou nenhuma qualificação são alijadas do mercado formal, sendo obrigadas a ocupar empregos informais subalternos, ocorrendo a exploração exacerbada do sujeito com pouca ou nenhuma condição de trabalho.

Dessa forma, esse fator influencia diretamente na renda mensal da família apresentando uma fragilidade financeira não sendo uma renda estável, além de não suprir todas as necessidades básicas da família. Sendo assim, como uma maneira de complementar a renda familiar essas famílias são beneficiárias ou buscam a inserção em programas de transferência de renda.

A instabilidade da renda mensal familiar também influencia diretamente nas condições de moradia dessas famílias, apesar de grande número ter declarado

possuir residência própria, o que não é sinônimo de regularização fundiária, ou seja, não detém propriedade formal, mas apenas a posse de fato do imóvel, permanecendo precário o efetivo direito de propriedade.

Os dados ainda revelaram que as condições das residências são mínimas. Significativo número das residências possuem de 3 a 4 cômodos, quase sempre sem reboco apresentando rachaduras, localizadas em áreas de risco desta forma não possibilitando condições dignas de habitação.

Embora se saiba que as famílias referenciadas nos CRAS são famílias em condição de precariedade econômica, todavia, com o estudo realizado pode-se desvendar alguns elementos importantes para a compreensão da instituição família, e assim, proporcionar dados para a elaboração de propostas de intervenção que melhor se adequem à realidade.

Observou-se que apesar dos dados existentes nas instituições, com as exigências do cotidiano, muitas vezes não são interpretados ou analisados. Com o recorte da presente pesquisa, foi possível oferecer ao CRAS uma interpretação teórico política de um arranjo familiar importante.



## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Família, Trabalho e Reprodução Social: limites na realidade brasileira. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de (organizadores). **Família & Família: práticas sociais e conversações contemporâneas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 133 – 152.

ALMEIDA, Gracineide Silva de. **Buscando Estratégias de Sobrevivência: um estudo da condição socioeconômicas de famílias chefiadas por mulheres em Novos Alagados**. 2005. 120 f. Dissertação (Mestre em Família na Sociedade Contemporânea), Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2005. Disponível em: < [http://tede.ucsal.br/tde\\_arquivos/1/TDE-2008-06-03T143620Z-37/Publico/GRACINEIRDE%20SILVA%20DE%20ALMEIDA.pdf](http://tede.ucsal.br/tde_arquivos/1/TDE-2008-06-03T143620Z-37/Publico/GRACINEIRDE%20SILVA%20DE%20ALMEIDA.pdf) > Acesso em: 25 fev. 2014.

ANTUNES, Ricardo. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD, 1999. p. 18 – 31.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e Igualdade nas Relações de Gênero: revistando o debate. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, Nº 2, Vol, 17, p. 41- 52, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652005000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200004)> Acesso em: 10 set. 2014.

AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AZEVEDO, Simone Pereira de; MAGALHÃES, Maysa Sacramento de; LAZO, Aínda Verdugo. Famílias monoparentais chefiadas por mulher: faz diferença seu estado civil?. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 18, 2012, Águas de Lindóia. Anais. São Paulo: ABEP, 2012. Disponível em: < <http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER%5b802%5dABEP2012.pdf> > Acesso em: 20 ago. 2014.

BATTINI, Odária; COSTA, Lucia Cortes de. Estado e política públicas: contexto sócio-histórico e assistência social . In: BATTINI, Odária. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras; Curitiba: CIPEC, 2007. p.19 – 58.

BILAC, Elisabete Dória. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (organizadora). **A Família Contemporânea em Debate**. 5 ed. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2003. p. 29 – 38.

BLAY, Eva Alterman. Gênero e Políticas Públicas ou Sociedade Civil, Gênero e Relações de Poder. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. **Falas de Gênero**. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 133 – 146.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 2014. Disponível em: <

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm) > Acesso em: 04 set. 2014.

BRASIL. **Lei nº 6.515 de 26 de Dezembro de 1977**. Brasília, 1992. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm) > Acesso em: 17 out 2014.

BRASIL. **Lei nº 3.071 de 1 de Janeiro de 1916**. Brasília, 2001. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm) > Acesso em: 27 out. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. Brasília: MDS, [2014]. Disponível em:< <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios> > Acesso em: 27 jun. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastro Único**. Brasília: MDS, [201-]. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico> >. Acesso em: 09 out. 2014.

BRASIL. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília, 2013. Disponível em: < [http://www1.caixa.gov.br/gov/gov\\_social/municipal/programas\\_habitacao/pmcmv/sai\\_ba\\_mais.asp](http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/sai_ba_mais.asp) > Acesso em: 23 out. 2014.

CARVALHO, André; BARROCA, Alberto. **Direitos da Mulher**. 3 ed. Belo Horizonte: Lê, 1998.

CARVALHO, André; MARTINS, Kao. **Feminismo**. 3 ed. Belo Horizonte: Lê, 1998.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A Família Contemporânea em Debate**. 5 ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

COTRIM, Gilberto. **História e Reflexão**: consolidação do capitalismo e Brasil império. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012. p 54 - 85.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Valor da Cesta Básica – Vitória**. Brasília, 2014. Disponível em: < <http://jboss.dieese.org.br/cesta/cidade> > Acesso em: 27 out. 2014.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. 5 ed. São Paulo: Global, 1984.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; BRAGA, Cenira Duarte; BARROS, Nívia Valença. Famílias e Serviço Social: algumas reflexões para o debate. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de (organizadores). **Família & Família: práticas sociais e conversações contemporâneas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 15 – 38.

GAMA, Andréa de Sousa. “Entre o Trabalho e a Família”: contradições das respostas públicas às reconfigurações da divisão sexual do trabalho. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de (organizadores). **Família & Família: práticas sociais e conversações contemporâneas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 95 – 113.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Brasil, 2000. Disponível em: <  
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em: 20 jun 2014.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. Um Estudo Histórico das Relações de Gênero e Classe. **Saber Acadêmico**, [S. l.], Nº 7, p. 57 – 73, junho de 2009. Disponível em: <  
[http://www.uniesp.edu.br/revista/revista7/pdf/6\\_um\\_estudo\\_historico.pdf](http://www.uniesp.edu.br/revista/revista7/pdf/6_um_estudo_historico.pdf) /> Acesso em: 10 set 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Assistência Social: subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de (organizadores). **Família & Família: práticas sociais e conversações contemporâneas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 3 – 14.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MONTALI, Lilia. **Família e Trabalho na Reestruturação Produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida**. P. 55, fevereiro, 2000.

OSORIO, Luiz Carlos. **Família Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.



PRÁ, Jussara Reis. Introdução. **Políticas Públicas de Gênero**, Porto Alegre, p. 5-6, [201-].

RIBEIRO, Carolina Figueiredo Fonseca. **A Família Contemporânea Brasileira: mães chefes de família contemporânea de camada média**. 2005. 176 f. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, 2005. Disponível em: < file:///C:/Users/Adm/Downloads/teseCompleta.pdf > Acesso em: 25 fev. 2014.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras: habitação e especulação, o direito a moradia, os movimentos populares**. São Paulo: Contexto, EDUSP, 1988.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e Poder na Família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A Família Contemporânea em Debate**. 5 ed. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2003. p. 73 – 88.

SARTI, Cynthia A. Família e Individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A Família Contemporânea em Debate**. 5 ed. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2003. p. 39 – 49.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller. **Família: redes, laços e políticas públicas**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 21 – 36.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SERRA. **Território**. Serra, 2012. Disponível em: < [http://app.serra.es.gov.br/info\\_municipais/index.php?link=territorio](http://app.serra.es.gov.br/info_municipais/index.php?link=territorio) > Acesso em: 26 set. 2014.

SERRA. **Perfil**. Serra, 2013. Disponível em: < [http://app.serra.es.gov.br/info\\_municipais/index.php?link=perfil](http://app.serra.es.gov.br/info_municipais/index.php?link=perfil) > Acesso em: 26 set. 2014.

SERRA. **População residente por grupo de idade sexo – Serra (ES) 2010**. Serra, 2014a. Disponível em: < [http://app.serra.es.gov.br/info\\_municipais/index.php?menu=19\\_](http://app.serra.es.gov.br/info_municipais/index.php?menu=19_) > Acesso em: 26 set. 2014.

SERRA. **População residente por sexo, segundo a condição no domicílio e compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio – Serra (ES), 2010**. Serra, 2014b. Disponível em: < [http://app.serra.es.gov.br/info\\_municipais/index.php?menu=19](http://app.serra.es.gov.br/info_municipais/index.php?menu=19) > Acesso em: 26 set. 2014.

SERRA. **Atendimentos nos Centros de Referência da Assistência Social – Serra (ES), 2013**. Serra, 2014c. Disponível em: <

[http://app.serra.es.gov.br/info\\_municipais/index.php?menu=14&sec=equipamentos\\_>](http://app.serra.es.gov.br/info_municipais/index.php?menu=14&sec=equipamentos_>)  
Acesso em: 26 set. 2014.

SERRA. **Territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social – Serra (ES)**. Serra, 2014d. Disponível em: <  
[http://app.serra.es.gov.br/info\\_municipais/index.php?menu=14&sec=equipamentos\\_>](http://app.serra.es.gov.br/info_municipais/index.php?menu=14&sec=equipamentos_>)  
Acesso em: 26 set. 2014.

SERRA. **Número de pessoas e famílias cadastradas no Cadastro Único por faixa de renda – Serra (ES), jan/2014**. Serra, 2014e. Disponível em: <  
[http://app.serra.es.gov.br/info\\_municipais/index.php?menu=14\\_>](http://app.serra.es.gov.br/info_municipais/index.php?menu=14_>) Acesso em: 26 set. 2014.

SERRA. **Benefícios do programa Bolsa Família concedidos por tipo – Serra (ES), fev/2014**. Serra, 2014f. Disponível em: <  
[http://app.serra.es.gov.br/info\\_municipais/index.php?menu=14&sec=equipamentos\\_>](http://app.serra.es.gov.br/info_municipais/index.php?menu=14&sec=equipamentos_>)  
Acesso em: 26 set. 2014.

SILVA, Carla da. A Desigualdade Imposta pelos Papéis de Homem e Mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. **Direito em Foco**, [S. l], N° 5, março de 2012. Disponível em: <  
[http://www.unifia.edu.br/projetorevista/artigos/direito/20121/desigualdade\\_imposta.pdf](http://www.unifia.edu.br/projetorevista/artigos/direito/20121/desigualdade_imposta.pdf)  
> Acesso em: 10 set. 2014.

SILVA, Maria Adriana da. **Famílias Monoparentais: uma aproximação afirmativa**. 2009. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <  
[http://tcc.ess.ufrj.br/monografia/visualizar/ver\\_monografia.php?codigo=1009\\_>](http://tcc.ess.ufrj.br/monografia/visualizar/ver_monografia.php?codigo=1009_>)  
Acesso em: 11 mar. 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK; Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli. Novas Formas de Paternidade: repensando a função paterna à luz das práticas sociais. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. **Falas de Gênero**. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 187 – 201.

SOUZA, Rosimary Gonçalves de; MONNERAT, Giselle Lavinias. Retratos de Famílias: perfil e trajetórias dos beneficiários do programa bolsa família. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de (organizadores). **Família & Família: práticas sociais e conversações contemporâneas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 153 – 167.

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “Teorias” de famílias. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (organizadora). **A Família Contemporânea em Debate**. 5 ed. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2003. p. 23 – 27.

ZACARON, Sabrina Silva. Família e Homossexualidade: uma reflexão acerca das configurações da família na contemporaneidade e os direitos sociais. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de (organizadores). **Família & Família: práticas sociais e conversações contemporâneas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 169 – 186.